

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	18
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	88
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	91
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	92
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	93
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidade)	Trimestre Atual 31/03/2024
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.000.000
Preferenciais	0
Total	1.000.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
1	Ativo Total	81.793.472	82.554.742
1.01	Ativo Circulante	12.562.638	10.570.745
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	8.368.701	6.866.274
1.01.02	Aplicações Financeiras	2.216.653	1.461.817
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	1.430.867	1.411.869
1.01.02.01.04	Cotas de Fundos de Investimento	1.430.867	1.411.869
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	733.775	0
1.01.02.02.02	Ações e certificados de depósito de ações	733.775	0
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	52.011	49.948
1.01.02.03.01	Debêntures	52.011	49.948
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.977.284	2.242.654
1.01.08.03	Outros	1.977.284	2.242.654
1.01.08.03.01	Venda a Prazo de Títulos e Valores Mobiliários	47.003	45.725
1.01.08.03.02	(-) Provisão para Redução ao Valor Recuperável	-9.657	-9.437
1.01.08.03.03	Direitos Recebíveis	1.323.276	1.324.041
1.01.08.03.04	(-) Provisão para Redução ao Valor Recuperável	-1.119.116	-1.119.211
1.01.08.03.05	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Receber	1.237.188	1.422.898
1.01.08.03.06	Impostos e Contribuições a Recuperar e Antecipações	449.921	467.466
1.01.08.03.07	Devedores por Depósitos em Garantia	23.638	23.104
1.01.08.03.20	Outros	25.031	88.068
1.02	Ativo Não Circulante	69.230.834	71.983.997
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	67.278.903	70.086.106
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	853	633
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	853	633
1.02.01.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	64.355.003	67.131.842
1.02.01.01.02.02	Cotas de Fundos de Investimento	2.150.099	2.069.633
1.02.01.01.02.03	Ações e certificados de depósitos de ações	62.204.904	65.062.209
1.02.01.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	836.212	833.587
1.02.01.01.03.01	Debêntures	836.212	833.587
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.086.835	2.120.044
1.02.01.10.03	Venda a Prazo de Títulos e Valores Mobiliários	481.924	480.240
1.02.01.10.04	(-) Provisão para redução ao valor recuperável	-99.012	-99.114
1.02.01.10.05	Direitos Recebíveis	3.541.679	3.488.683
1.02.01.10.06	(-) Provisão para Redução ao Valor Recuperável	-2.995.254	-2.948.977
1.02.01.10.07	Incentivos Fiscais	4.825	12.368
1.02.01.10.09	Devedores por Depósitos em Garantia	738.211	772.396
1.02.01.10.10	Cessão de direito de capitalização	413.834	413.834
1.02.01.10.20	Outros	628	614
1.02.02	Investimentos	1.951.931	1.897.891
1.02.02.01	Participações Societárias	1.951.931	1.897.891
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	1.951.931	1.897.891

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
2	Passivo Total	81.793.472	82.554.742
2.01	Passivo Circulante	2.305.604	2.088.315
2.01.03	Obrigações Fiscais	28.197	36.210
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	28.197	36.210
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	17.667	20.738
2.01.03.01.02	Outros Impostos e Contribuições	10.530	15.472
2.01.05	Outras Obrigações	2.277.407	2.052.105
2.01.05.02	Outros	2.277.407	2.052.105
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.734.806	1.690.436
2.01.05.02.04	Passivo atuarial - PBB	82.873	79.608
2.01.05.02.05	Passivo atuarial - PAS	30.078	28.295
2.01.05.02.09	Aquisição a prazo de títulos e valores mobiliários	0	5.721
2.01.05.02.11	Despesas administrativas a pagar	304.553	121.030
2.01.05.02.20	Diversas	125.097	127.015
2.02	Passivo Não Circulante	10.464.385	11.216.499
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	30.639	30.588
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	30.639	30.588
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	30.639	30.588
2.02.02	Outras Obrigações	596.814	603.839
2.02.02.02	Outros	596.814	603.839
2.02.02.02.03	Passivo atuarial - PBB	142.469	175.388
2.02.02.02.04	Passivo atuarial - PAS	454.345	428.451
2.02.03	Tributos Diferidos	7.519.668	8.329.675
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	7.519.668	8.329.675
2.02.04	Provisões	2.317.264	2.252.397
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.317.264	2.252.397
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	29.532	11.224
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	26.940	26.425
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	2.260.792	2.214.748
2.03	Patrimônio Líquido	69.023.483	69.249.928
2.03.01	Capital Social Realizado	34.459.315	34.459.315
2.03.01.01	Capital Social	34.459.315	34.459.315
2.03.04	Reservas de Lucros	10.422.419	10.422.419
2.03.04.01	Reserva Legal	4.116.019	4.116.019
2.03.04.02	Reserva Estatutária	810.968	810.968
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	268.341	268.341
2.03.04.11	Reservas para Aumento de Capital	5.227.091	5.227.091
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	1.129.727	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	22.807.169	24.148.132
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	484.374	502.321
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-279.521	-282.259

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 31/03/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.144.429	2.162.248
3.01.01	Dividendos	1.001.904	2.074.519
3.01.02	Juros sobre capital próprio	18.479	30.096
3.01.03	Resultado com alienações de coligadas, bônus e direitos de subscrição	0	314
3.01.05	Resultado com instrumentos financeiros derivativos	220	-117
3.01.06	Resultado com fundos de investimento em participações societárias	123.826	57.436
3.03	Resultado Bruto	1.144.429	2.162.248
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-345.888	-537.805
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-422.508	-526.299
3.04.02.01	Provisão para contingências trabalhistas	-64.867	-54.258
3.04.02.02	Remuneração da diretoria e conselheiros	-2.056	-1.842
3.04.02.03	Despesas com pessoal	-279.624	-224.808
3.04.02.05	Despesas com tributos	-23.582	-32.287
3.04.02.06	Atualização monetária líquida de ativos e passivos	-10.455	-189.378
3.04.02.07	Despesas Administrativas	-39.799	-33.984
3.04.02.20	Diversas	-2.125	10.258
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	76.620	-11.506
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	798.541	1.624.443
3.06	Resultado Financeiro	222.054	187.971
3.06.01	Receitas Financeiras	268.652	482.272
3.06.01.01	Receitas de operações de crédito	55.474	57.818
3.06.01.02	Títulos e valores mobiliários	213.178	424.454
3.06.02	Despesas Financeiras	-46.598	-294.301
3.06.02.02	Encargos financeiros referentes a obrigações perante o BNDES	-51	-53
3.06.02.05	Reversão (constituição) de provisão para risco de crédito	-46.547	-294.248
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.020.595	1.812.414
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	88.234	511.460
3.08.01	Corrente	-33.014	-72.375
3.08.02	Diferido	121.248	583.835
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.108.829	2.323.874
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.108.829	2.323.874
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	1.108,829	2.323,87
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	1.108,829	2.323,87

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 31/03/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023
4.01	Lucro Líquido do Período	1.108.829	2.323.870
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-1.335.274	-2.785.575
4.02.01	Ajuste a Valor Justo de Títulos Próprios	-1.340.964	-2.734.633
4.02.03	Ganhos ou perdas atuariais próprias	-3.970	-64.769
4.02.04	Realização do Ajuste a Valor Justo de Títulos Próprios	20.898	17.475
4.02.05	Ajuste Acumulado de Conversão de Coligadas	-17.947	-22.170
4.02.08	Hedge de investimento no exterior - de coligadas	5.310	18.147
4.02.09	Outros Resultados Abrangentes de Coligadas	1.399	375
4.03	Resultado Abrangente do Período	-226.445	-461.705

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 31/03/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.491.085	1.606.730
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.076.067	2.190.014
6.01.01.01	Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.020.595	1.812.410
6.01.01.02	Constituição (reversão) da provisão para perdas de crédito	46.547	294.248
6.01.01.03	Constituição (reversão) de provisões trabalhistas e cíveis	64.867	54.258
6.01.01.04	Resultado de participações em coligadas	-76.620	11.506
6.01.01.11	Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-220	117
6.01.01.15	Resultado com a realização de instrumentos patrimoniais - VJORA	20.898	17.475
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	415.018	-583.284
6.01.02.01	Diminuição (Aumento) líquido em créditos por venda a prazo de TVM e direitos recebíveis	-55.440	-57.340
6.01.02.02	Diminuição (Aumento) líquido de títulos e valores mobiliários	-16.637	96.888
6.01.02.03	Diminuição (Aumento) líquido nas demais contas do ativo	307.472	-632.775
6.01.02.04	Aumento (diminuição) líquida nas obrigações por empréstimos e repasses	51	53
6.01.02.06	Aumento (diminuição) líquida nas demais contas do passivo	201.002	40.220
6.01.02.08	IR e CSLL pagos	-21.430	-30.330
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	11.342	35.843
6.02.03	Recebimento de dividendos e juros sobre o capital próprio de coligadas	11.342	35.843
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.502.427	1.642.573
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	6.866.274	11.075.505
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	8.368.701	12.718.078

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	34.459.315	0	10.422.419	0	24.368.194	69.249.928
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	34.459.315	0	10.422.419	0	24.368.194	69.249.928
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.129.727	-1.356.172	-226.445
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.108.829	0	1.108.829
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	20.898	-1.356.172	-1.335.274
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-2.003.998	-2.003.998
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	683.933	683.933
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	6.710	6.710
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-17.947	-17.947
5.05.02.06	Ganhos ou perdas atuariais	0	0	0	0	2.322	2.322
5.05.02.07	Tributos s/ ganhos ou perdas atuariais	0	0	0	0	-6.294	-6.294
5.05.02.08	Alienação de investimentos em instrumentos patrimoniais designado a VJORA	0	0	0	20.898	-20.898	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	34.459.315	0	10.422.419	1.129.727	23.012.022	69.023.483

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	20.344.504	0	23.530.498	0	14.640.998	58.516.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	20.344.504	0	23.530.498	0	14.640.998	58.516.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.341.345	-2.803.050	-461.705
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.323.870	0	2.323.870
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	17.475	-2.803.050	-2.785.575
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-4.092.360	-4.092.360
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	1.375.202	1.375.202
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	18.522	18.522
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-22.170	-22.170
5.05.02.06	Ganhos ou perdas atuariais	0	0	0	0	-67.321	-67.321
5.05.02.07	Tributos s/ ganhos ou perdas atuariais	0	0	0	0	2.552	2.552
5.05.02.08	Alienação de investimentos em instrumentos patrimoniais designado a VJORA	0	0	0	17.475	-17.475	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	20.344.504	0	23.530.498	2.341.345	11.837.948	58.054.295

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 31/03/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023
7.01	Receitas	465.440	608.977
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	268.652	482.272
7.01.02	Outras Receitas	196.788	126.705
7.01.02.01	Realização de inst. patrimoniais designados ao VJORA	32.016	26.478
7.01.02.02	Outros	164.772	100.227
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-202.546	-602.233
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-118.224	-276.029
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-37.775	-31.956
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-46.547	-294.248
7.03	Valor Adicionado Bruto	262.894	6.744
7.04	Retenções	-1.312	-1.331
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.312	-1.331
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	261.582	5.413
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.097.003	2.093.109
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	76.620	-11.506
7.06.03	Outros	1.020.383	2.104.615
7.06.03.01	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	1.020.383	2.104.615
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.358.585	2.098.522
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.358.585	2.098.522
7.08.01	Pessoal	250.450	201.725
7.08.01.01	Remuneração Direta	153.246	125.042
7.08.01.02	Benefícios	82.595	65.129
7.08.01.03	F.G.T.S.	13.968	11.066
7.08.01.04	Outros	641	488
7.08.01.04.02	Outros	641	488
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-22.304	-445.244
7.08.02.01	Federais	-26.967	-446.135
7.08.02.02	Estaduais	80	2
7.08.02.03	Municipais	4.583	889
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	712	696
7.08.03.02	Aluguéis	712	696
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.129.727	2.341.345
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.129.727	2.341.345

Comentário sobre o desempenho

O cenário internacional do primeiro trimestre de 2024 seguiu caracterizado por instabilidade e incerteza, tendência geral observada desde o início da década. No aspecto geopolítico, vivenciamos a continuação da guerra na Ucrânia e do conflito entre Israel e Hamas, e ainda o recrudesimento das hostilidades no Oriente Médio e no Mar Vermelho e as tensões crescentes no Mar da China.

No aspecto econômico, sobressaem as dificuldades enfrentadas pela Europa e pela China na obtenção do crescimento econômico desejado, mais a iminência de disputas comerciais e de regulação nos segmentos industrial e de inteligência artificial. De outro lado, a resiliência do dinamismo nos Estados Unidos, com indicadores do mercado de trabalho, de consumo e de investimento em alta, acabou por postergar o início da flexibilização monetária, com os juros básicos mantendo-se no intervalo de 5,25% a 5,5% ao ano, o maior nível desde 2001. As projeções de crescimento para 2024 no mundo refletem a dificuldade de manutenção do ritmo de atividade, mas, por outro lado, há uma expectativa de que os ganhos de produtividade associados ao desenvolvimento de aplicações da inteligência artificial e à expansão das medidas, políticas e investimentos em transição energética possam, em um ambiente de juros em queda, contribuir para um ganho de tração na maior parte das economias a partir do segundo semestre deste ano.

No Brasil, a atividade econômica, de maneira semelhante aos últimos anos, vem surpreendendo positivamente no início de 2024, com discretas revisões para cima na estimativa de crescimento do PIB para o ano: no início de janeiro, o mercado projetava 1,59%, e no final de março, a estimativa era de 1,90% (Relatório Focus de 05/01/2024 e de 05/04/2024, respectivamente). A resiliência do mercado de trabalho, o pagamento de precatórios de R\$ 92 bilhões no final de 2023 e antecipação de boa parte dos precatórios de 2024 para o primeiro bimestre do ano, a melhoria das condições de crédito a pessoas físicas e a continuidade do ciclo de afrouxamento monetário são fatores que atuam como *upsides* para a economia nesse início de ano, contribuindo para as revisões positivas.

O mercado de trabalho, que mostrou grande dinamismo em 2023, segue mantendo trajetória benigna em 2024. Depois de alcançar o mínimo desde 2015, marcando 7,4% no trimestre encerrado em dezembro de 2023, a taxa de desemprego foi de 7,9% no trimestre encerrado em março de 2024. A população ocupada manteve-se em patamar elevado e ficou em 100,2 milhões de pessoas. Após a pandemia, a taxa de participação (razão entre a força de trabalho e a população em idade de trabalhar) tem se mantido baixa para padrões históricos, o que vem contribuindo com uma taxa de desemprego em patamar reduzido.

Tendo promovido seu ciclo de elevação de juros antes das principais economias, o Brasil também experimentou antes delas o processo de desaceleração inflacionária. Os dados mensais do primeiro trimestre no ano dão suporte a uma leitura dual da inflação. Por um lado, os preços de bens industriais continuam apresentando comportamento extremamente benigno e têm ajudado a manter a média dos cinco núcleos de inflação acompanhados pelo Comitê de Política Monetária (Copom) mais perto da meta de inflação, de 3,0%. Por outro lado, tem se consolidado a leitura de uma inflação de serviços pressionada e persistente, contribuindo para a inflação se manter acima da meta. Dessa forma, o IPCA na medida dos últimos doze meses chegou a março de 2024 em 3,93%, dentro do intervalo de tolerância da meta de inflação, porém acima da meta.

Comentário do Desempenho



Ademais, a expectativa de mercado é que o IPCA feche 2024 com variação de 3,76% (Relatório Focus de 05/04/2024).

O crescimento do volume exportado vem compensando parcialmente a queda nas cotações da soja e do minério de ferro no trimestre, enquanto as importações vêm se mantendo relativamente estáveis, com queda nos preços e alta em quantum. Já os investimentos diretos no país em 2024 com estimativa de US\$ 65 bilhões são mais que suficiente para cobrir o déficit em transações correntes.

Finalmente, o câmbio oscilou sob influência dos preços das *commodities*, pelas informações e expectativas sobre o *front* fiscal no plano doméstico, e pelos aspectos relacionados às condições monetárias internacionais. No cômputo do primeiro trimestre de 2024, o real acumulou discreta desvalorização em relação às principais moedas do mundo (dólar, 3,5%; euro, 1%; e yuan, 1%).

Dada a manutenção dos juros e da incerteza em níveis elevados, os capitais internacionais seguirão procurando aplicações em ativos mais seguros e tradicionais ou em regiões com melhores perspectivas de rentabilidade ou com maior estabilidade projetada de receitas. Apesar disso, como temos destacado, vem se observando em todo o mundo apetite crescente para a realização de investimentos em setores promissores ou estratégicos, em particular aqueles associados à transição energética para uma economia de baixo carbono e em insumos e novas aplicações da tecnologia da informação e inteligência artificial com o intuito de agilizar e tornar mais eficientes, seguras e confortáveis as atividades cotidianas e as transações e processos logísticos e fabris.

Em vista do cenário internacional mais desafiador, os caminhos para o Brasil continuam passando por fortalecer o relacionamento com seus principais parceiros comerciais e de investimento: China, Estados Unidos, Europa e nossos vizinhos do Mercosul. Além, naturalmente, da continuidade do processo, bem-sucedido até aqui, de estabilização do arcabouço fiscal e de contenção nas incertezas relacionadas à condução da política econômica doméstica.

No que diz respeito ao mercado de trabalho, esperamos que o desemprego se mantenha em patamar reduzido ao longo dos próximos meses, ajudando a sustentar a massa salarial e o consumo das famílias em nível elevado. Isso reforça a importância das políticas de apoio ao investimento produtivo e gerador de mão de obra. De qualquer forma, a expansão continuada dos investimentos é necessária para que o crescimento econômico do país seja consistente. Nesse contexto, em atuação complementar aos seus produtos de financiamento, o BNDES participa do apoio às empresas brasileiras mediante instrumentos de renda variável por meio de sua subsidiária BNDESPAR. A estratégia da instituição envolve a oferta de fundos de crédito para MPMEs, para inovação e sustentabilidade, e para investimentos em infraestrutura, disponíveis em todos os estágios de crescimento das companhias. Empresas que já possuem seu capital aberto podem seguir contando também com apoio através de operações privadas estruturadas ou por meio da participação da BNDESPAR em ofertas públicas.

Comentário do Desempenho



1. Principais Indicadores

R\$ milhões, exceto percentuais

	1T24	1T23	Δ(%)
Resultado			
Resultado com Participações Societárias (RPS)	1.221	2.150	(43)
Resultado com Operações Financeiras	222	188	18
Outras Despesas (líquidas)	(422)	(527)	(20)
Tributos sobre o Lucro	88	513	(83)
Lucro (Prejuízo) Líquido	1.109	2.324	(52)

	1T24	1T23	Δ(%)
Resultado Ajustado			
Resultado com Participações Societárias Ajustado ¹	1.253	2.176	(42)
Resultado com Operações Financeiras	222	188	18
Outras Despesas (líquidas) Ajustadas ¹	(422)	(527)	(20)
Tributos sobre o Lucro Ajustado ¹	77	504	(85)
Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado¹	1.130	2.341	(52)

¹ O Resultado com participações societárias e o lucro líquido ajustados consideram o efeito das alienações que deixou de ser reconhecido no resultado líquido do exercício, a partir de 2018 com a adoção do CPC 48 (Instrumentos Financeiros).

	31/03/2024	31/03/2023	Δ (%)	31/12/2023	Δ (%)
Posição Financeira					
Ativo Total (AT)	81.793	69.707	(17,3)	82.555	(0,9)
Disponibilidades	8.369	12.718	(34,2)	6.866	21,9
Debêntures ²	888	1.090	(18,5)	884	0,5
Participações Societárias (PS) ³	68.472	50.830	34,7	70.442	(2,8)
<i>Não coligadas</i>	62.939	45.388	38,7	65.062	(3,3)
<i>Coligadas</i>	1.952	1.896	2,9	1.898	2,8
<i>Fundos de Participações Renda Variável</i>	3.581	3.546	1,0	3.482	2,8
Outros Ativos	4.064	5.069	(19,8)	4.363	(6,9)
Obrigações por Repasses - BNDES	31	0	-	31	0
Outras Obrigações	12.739	11.653	9,3	13.275	(4)
Patrimônio Líquido (PL)	69.023	58.054	18,9	69.250	(0,3)

² Líquidas de provisão.

³ No cálculo do indicador financeiro "Participações Societárias/Ativo Total", o saldo de participações societárias contempla o saldo de ativos não circulantes mantidos para venda, por tratar-se de participação societária.

	31/03/2024	31/03/2023	31/12/2023
Indicadores Financeiros			
Patrimônio Líquido/Ativo Total (PL/AT)	84,39%	83,28%	83,88%
Participações Societárias/Ativo Total (PS/AT) ³	83,71%	72,92%	85,33%

³ No cálculo do indicador financeiro "Participações Societárias/Ativo Total", o saldo de participações societárias contempla o saldo de ativos não circulantes mantidos para venda, por tratar-se de participação societária.

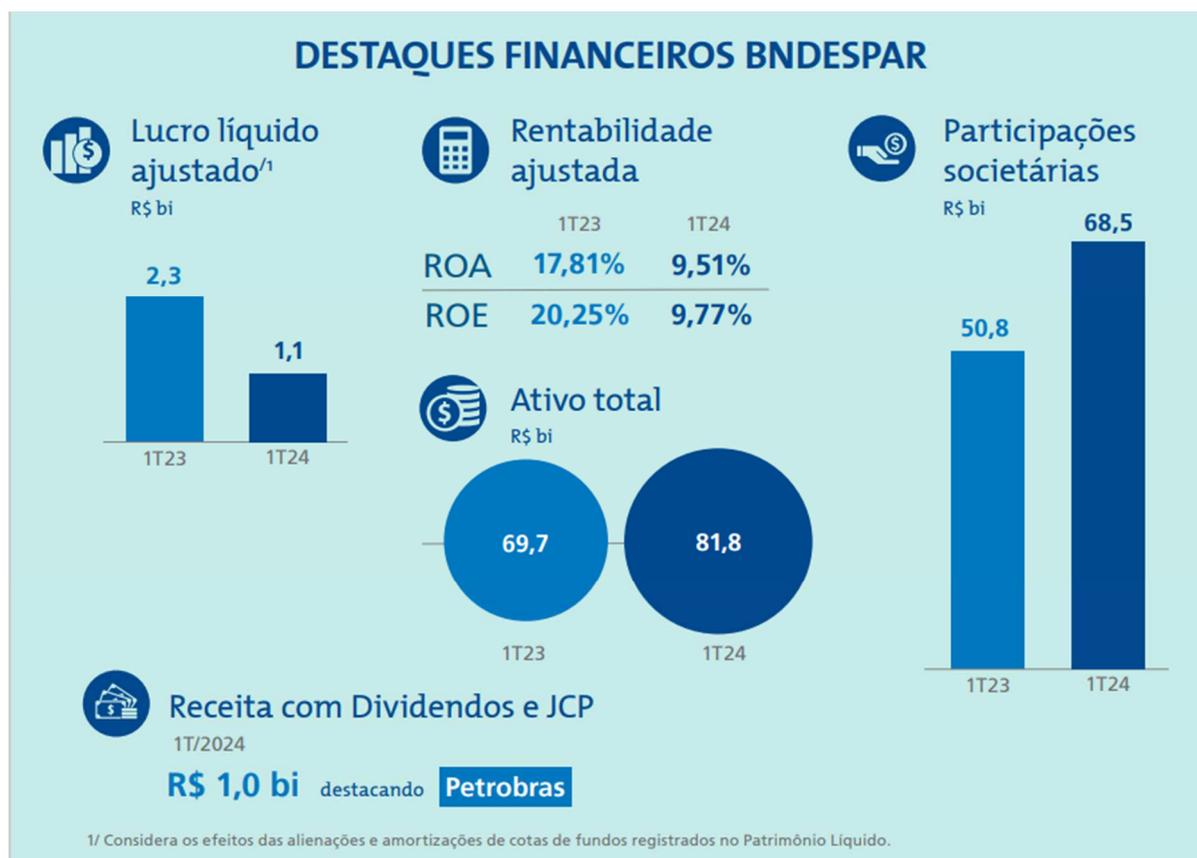
Comentário do Desempenho



	1T24	1T23
Rentabilidade ajustada pelas alienações		
Retorno s/ Ativos (LL/AT _{médio}) ajustado pelas alienações ⁴	9,51%	17,81%
Retorno s/ Patrimônio Líquido (LL/PL _{médio}) ajustado pelas alienações ⁴	9,77%	20,25%

⁴ O cálculo do retorno considera a média aritmética dos saldos iniciais e finais do Ativo e do PL dos respectivos períodos e exclui os ajustes a valor de mercado (líquido de tributos no caso do retorno sobre PL).

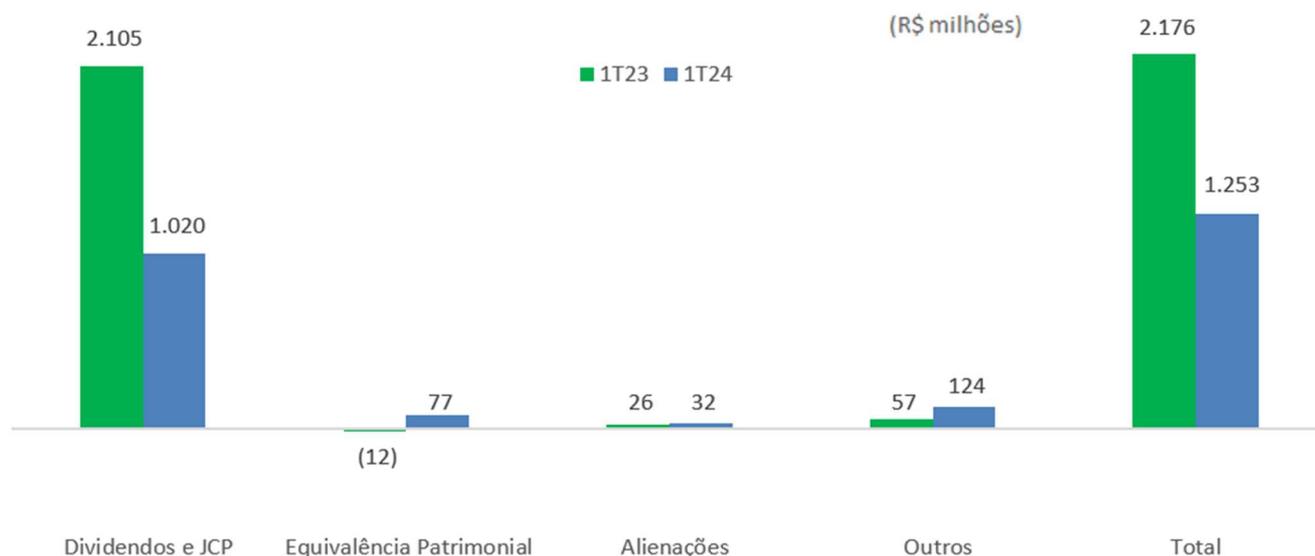
2. Resultado



A BNDESPAR registrou lucro líquido ajustado de R\$ 1.130 milhões no 1T24 ante R\$ 2.341 milhões, registrado no mesmo trimestre do ano anterior. O resultado do trimestre foi influenciado pelo menor resultado de participações societárias (ajustado), com destaque para a receita de Dividendos e JCP, no montante de R\$ 1,0 bilhão (R\$ 2,1 bilhões no 1T23), majoritariamente Petrobras.



2.1. Resultado com Participações Societárias



O resultado com participações societárias no 1T24 foi um lucro de R\$ 1.221 milhões que, acrescido do resultado com alienações de instrumentos financeiros de R\$ 32 milhões registrados diretamente em lucros acumulados, totalizou um resultado com participações societárias ajustado de R\$ 1.253 milhões, representando uma queda de 42,4% quando comparado aos R\$ 2.176 milhões registrado no 1T23.

A receita com dividendos e juros sobre capital próprio no 1T24 teve uma redução de 52% em comparação com o mesmo período do ano anterior, notadamente em função da distribuição de dividendos da Petrobras, que respondeu por R\$ 989 milhões do resultado desse trimestre e por R\$ 2.023 milhões no 1T23.

O resultado com fundos de renda variável somou R\$ 124 milhões no 1T24, com destaque para o ajuste a valor justo positivo das cotas do fundo Finor.

O resultado de equivalência patrimonial foi positivo em R\$ 77 milhões, com destaque para a coligada Tupy.

O 1T24 não apresentou alienações de investimentos relevantes.

2.2. Resultado com Operações Financeiras

O resultado com operações financeiras no 1T24 foi de R\$ 222 milhões, que representa um aumento de 18% em relação aos R\$ 188 milhões no 1T23, explicado principalmente pela queda

Comentário do Desempenho



de 84% na despesa de provisão para redução ao valor recuperável em relação ao mesmo período do ano anterior.

2.3. Outras Despesas (líquidas)

No 1T24, as outras despesas (líquidas) apresentaram queda de 20% em relação ao mesmo período do ano anterior, em função sobretudo da redução da despesa com atualização de dividendos a pagar e da diminuição das despesas com tributos, que acompanha o menor patamar de receitas financeiras. Tais reduções foram atenuadas pelo aumento nas despesas administrativas e de pessoal em razão do aumento da participação da BNDESPAR no rateio das despesas administrativas do Sistema BNDES.

2.4. Tributação sobre o Lucro ajustado

A receita de R\$ 77 milhões no 1T24 refletiu majoritariamente o reconhecimento de créditos tributários diferidos, além dos tributos a pagar sobre o resultado operacional e a receita com dividendos de investimentos avaliados a custo ou valor justo.

3. Posição Financeira

O ativo total da BNDESPAR atingiu R\$ 81.793 milhões no 1T24. A discreta redução em relação à posição de R\$ 82.555 milhões no 4T23 decorre, principalmente, do ajuste de avaliação patrimonial negativo da Carteira de Participações Societárias a Valor Justo (não coligadas), parcialmente compensado pelo aumento em Disponibilidades, destacando o recebimento de dividendos.

3.1. Disponibilidades

O aumento de R\$ 1.503 milhões (22%) no 1T24 em relação ao último trimestre deriva basicamente da entrada de recursos provenientes de dividendos, em especial Petrobras.

3.2. Debêntures

No 1T24, não houve variação relevante na Carteira de Debêntures em relação ao 4T23.

3.3. Participações Societárias

No 1T24, houve queda de 3% na carteira de participações societárias, refletindo o ajuste a valor de mercado negativo dos ativos da carteira, com destaque para JBS, Copel e Petrobras.

Comentário do Desempenho



No 1T24, a carteira de participações societárias em não coligadas da BNDESPAR, mensurada a valor justo, apresentava um ganho potencial bruto de R\$ 34,1 bilhões¹. Além de participações societárias, a carteira de investimentos em renda variável da BNDESPAR possui investimentos em debêntures e fundos, com a seguinte distribuição:

Distribuição setorial da Carteira de Participações Societárias

	Ações
Petróleo e Gás	52,3%
Energia Elétrica	20,8%
Alimentos/Bebidas	15,1%
Logística/Transporte	3,5%
Bens de Capital	2,6%
Outros	5,7%
Total	100,0%

3.4. Outras Obrigações

O decréscimo de R\$ 535 milhões (4%) no 1T24 decorre, sobretudo, da redução no saldo dos tributos diferidos, acompanhando a redução do valor justo da carteira de participações societárias em não coligadas no período.

3.5. Patrimônio Líquido

A ligeira redução de R\$ 227 milhões do Patrimônio Líquido no 1T24 reflete substancialmente, o ajuste de avaliação patrimonial negativo de não coligadas, de R\$ 1.357 milhões, líquido de tributos, atenuado pelo lucro líquido ajustado do período de R\$ 1.130 milhões.

4. Eventos Subsequentes

Remuneração da Petrobras

Em comunicado no dia 25 de abril de 2024, a Petrobras informou que a Assembleia Geral Ordinária (AGO) aprovou a remuneração aos acionistas relativa ao exercício social de 2023. O que inclui as antecipações aprovadas ao longo de 2023 e pagas até março de 2024 mais a proposta de dividendos complementares.

¹ Em 31/12/2023, o ganho potencial era de R\$ 36,1 bilhões.

Comentário do Desempenho



Considerando a atualização monetária pela taxa SELIC de 31/12/2023 até 25/04/2024, o valor total bruto a ser distribuído é equivalente a R\$ 2,89495671 por ação e será pago em duas parcelas:

(i) primeira parcela, no valor de R\$ 1,44747835, será paga em 20 de maio de 2024 na seguinte forma: (a) Política de Remuneração aos Acionistas de R\$ 0,56890230; e (b) dividendos extraordinários de R\$ 0,87857605; e

(ii) segunda parcela, no valor de R\$ 1,44747836, será paga em 20 de junho de 2024 na seguinte forma: (a) Política de Remuneração aos Acionistas de R\$ 0,56890230; e (b) dividendos extraordinários de R\$ 0,87857606.

Os pagamentos dos dividendos complementares terão datas de corte distintas, conforme abaixo:

- a. dividendos referentes à Política de Remuneração aos Acionistas: a data de corte é o dia 25 de abril de 2024 e as ações serão negociadas ex-direitos a partir de 26 de abril de 2024; e
- b. dividendos extraordinários: a data de corte é o dia 02 de maio de 2024 e as ações serão negociadas ex-direitos a partir de 03 de maio de 2024.

Dessa forma, considerando as quantidades de ações detidas pela BNDESPAR em 31 de março de 2024, estima-se que o montante bruto de dividendos e atualização monetária pela taxa SELIC será de R\$ 2,606 milhões, detalhado no quadro a seguir em milhões de Reais:

	R\$ milhões		
	1ª Parcela	2ª Parcela	Total
BNDESPAR	1.303	1.303	2.606

5. Instrução CVM 162/2022

Em conformidade à Instrução CVM nº 162/22, a BNDESPAR declara que não possui qualquer tipo de contrato de prestação de serviços de consultoria com seus auditores independentes, KPMG Auditores Independentes, caracterizando, assim, a inexistência de conflito de interesses ou comprometimento da objetividade desses auditores em relação ao serviço contratado.

Notas Explicativas



BNDESPAR

INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

31 de março de 2024

**BNDESPAR**

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2024
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

SUMÁRIO	
Informações Trimestrais	BALANÇOS PATRIMONIAIS..... 1
	DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS 2
	DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE 3
	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO..... 4
	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA 5
	DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO 6
Notas explicativas às Informações Trimestrais	1. CONTEXTO OPERACIONAL 7
	2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS. 7
	3. DIVULGAÇÕES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS..... 9
	4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA..... 13
	5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS 14
	6. VENDA A PRAZO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E DIREITOS RECEBÍVEIS..... 18
	7. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS 19
	8. RECEITAS E DESPESAS DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS 20
	9. INVESTIMENTOS EM COLIGADAS 21
	10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL 24
	11. PROVISÕES TRABALHISTAS, CÍVEIS E FISCAIS 27
	12. PARTES RELACIONADAS 29
	13. OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS..... 32
	14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO 40
	15. GESTÃO DE RISCOS 41
	16. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA 42
	17. EVENTOS SUBSEQUENTES 43
	18. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A BNDESPAR..... 43
	19. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS 44
MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO..... 65	
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS 66	

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2024
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

BALANÇOS PATRIMONIAIS

	Nota explicativa	31/03/2024	31/12/2023
ATIVO CIRCULANTE		12.562.638	10.570.745
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.368.701	6.866.274
Títulos e valores mobiliários		2.216.653	1.461.817
Debêntures	5.3	52.011	49.948
Ações e certificados de depósito de ações	5.1	733.775	-
Cotas de fundos de investimento	5.2	1.430.867	1.411.869
Outros créditos		1.977.284	2.242.654
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	6	37.346	36.288
Direitos recebíveis	6	204.160	204.830
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	5.1.2	1.237.188	1.422.898
Impostos e contribuições a recuperar e antecipações	10.3	449.921	467.466
Devedores por depósitos em garantia	7.1	23.638	23.104
Diversos		25.031	88.068
ATIVO NÃO CIRCULANTE		69.230.834	71.983.997
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		67.278.903	70.086.106
Títulos e valores mobiliários		65.192.068	67.966.062
Debêntures	5.3	836.212	833.587
Ações e certificados de depósito de ações	5.1	62.204.904	65.062.209
Cotas de fundos de investimento	5.2	2.150.099	2.069.633
Instrumentos financeiros derivativos	5.4	853	633
Outros créditos		2.086.835	2.120.044
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	6	382.912	381.126
Direitos recebíveis	6	546.425	539.706
Incentivos fiscais		4.825	12.368
Devedores por depósitos em garantia	7.1	738.211	772.396
Diversos		414.462	414.448
Investimentos	9	1.951.931	1.897.891
Participações em coligadas		1.951.931	1.897.891
TOTAL DO ATIVO		81.793.472	82.554.742
PASSIVO CIRCULANTE		2.305.604	2.088.315
Outras obrigações		2.305.604	2.088.315
Impostos e contribuições sobre o lucro	10.1	17.667	20.738
Outros impostos e contribuições		10.530	15.472
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	12.1	1.734.806	1.690.436
Passivo atuarial	12.3 e 13.1	112.951	107.903
Aquisição a prazo de títulos e valores mobiliários		-	5.721
Diversas		429.650	248.045
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		10.464.385	11.216.499
Obrigações por repasses - BNDES	12.1	30.639	30.588
Outras obrigações		10.433.746	11.185.911
Passivo atuarial	12.3 e 13.1	596.814	603.839
Provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	11	2.317.264	2.252.397
Passivos fiscais diferidos	10.2	7.519.668	8.329.675
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14	69.023.483	69.249.928
Capital social		34.459.315	34.459.315
Reservas de lucros		10.422.419	10.422.419
Reserva legal		4.116.019	4.116.019
Reserva de incentivos fiscais		268.341	268.341
Reserva estatutária		810.968	810.968
Reservas para aumento de capital		5.227.091	5.227.091
Ajustes de avaliação patrimonial		23.012.022	24.368.194
Próprios		22.703.982	24.048.916
De coligadas		308.040	319.278
Lucros acumulados		1.129.727	-
TOTAL DO PASSIVO		81.793.472	82.554.742

As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2024
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

	Nota explicativa	31/03/2024	31/03/2023
RECEITAS OPERACIONAIS		1.489.701	2.633.014
De participações societárias		1.221.049	2.150.742
Resultado de equivalência patrimonial	9.1	76.620	(11.506)
Resultado com alienações de coligadas, bônus e direitos de subscrição	9.6	-	314
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		220	(117)
Juros sobre o capital próprio	5.1.2	18.479	30.096
Dividendos	5.1.2	1.001.904	2.074.519
Resultado com fundos de investimento		123.826	57.436
De operações financeiras	8	268.652	482.272
Receitas de operações de crédito		55.474	57.818
Títulos e valores mobiliários		213.178	424.454
DESPESAS OPERACIONAIS		(46.598)	(294.305)
De operações financeiras	8	(46.598)	(294.305)
Encargos financeiros sobre obrigações por repasses com o BNDES		(51)	(53)
Reversão (constituição) de provisão para perdas de crédito	8.1	(46.547)	(294.248)
Resultado da carteira de câmbio		-	(4)
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(422.508)	(526.299)
Despesas com tributos		(23.582)	(32.287)
Remuneração da diretoria e conselheiros		(2.056)	(1.842)
Despesas com pessoal		(279.624)	(224.808)
Reversão (constituição) de provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	11	(64.867)	(54.258)
Atualização monetária líquida de ativos e passivos	19.17	(10.455)	(189.378)
Despesas administrativas		(39.799)	(33.984)
Diversas		(2.125)	10.258
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		1.020.595	1.812.410
Tributos correntes	10.1	(33.014)	(72.375)
Tributos diferidos	10.1	121.248	583.835
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		1.108.829	2.323.870
Quantidade de ações	14	1.000.000	1.000.000
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO POR AÇÃO (REAIS / AÇÃO)		1.109	2.324

As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2024
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

	31/03/2024	31/03/2023
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	1.108.829	2.323.870
Outros resultados abrangentes		
Itens que serão subsequentemente reclassificados para o resultado:	(11.238)	(3.648)
Ajuste acumulado de conversão - ativos de coligadas	(17.947)	(22.170)
Hedge de investimento no exterior - de coligadas	5.310	18.147
Outros resultados abrangentes - ativos de coligadas	1.399	375
Itens que não serão subsequentemente reclassificados para o resultado:	(1.324.036)	(2.781.927)
Ajuste a valor justo de instrumentos patrimoniais	(2.004.000)	(4.092.360)
Efeito fiscal	683.934	1.375.202
Ganhos ou perdas atuariais do plano de benefício pós-emprego	2.322	(67.321)
Efeito fiscal	(6.292)	2.552
Total de Outros Resultados Abrangentes	(1.335.274)	(2.785.575)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	(226.445)	(461.705)

As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota Explicativa	Capital social	Reservas de lucros					Ajustes de avaliação patrimonial		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva estatutária	Reserva para futuro aumento de capital	Dividendos adicionais propostos	Próprios	De coligadas		
Em 1º de janeiro de 2023		20.344.504	3.760.138	268.341	966.750	14.114.811	4.420.458	14.309.107	331.891	-	58.516.000
Ajustes de avaliação patrimonial	14.2	-	-	-	-	-	-	(2.781.927)	(3.648)	-	(2.785.575)
Realização de instrumentos patrimoniais designados a VJORA	14.3	-	-	-	-	-	-	(17.475)	-	17.475	-
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	-	-	2.323.870	2.323.870
Em 31 de março de 2023		20.344.504	3.760.138	268.341	966.750	14.114.811	4.420.458	11.509.705	328.243	2.341.345	58.054.295
Mutações no período		-	-	-	-	-	-	(2.799.402)	(3.648)	2.341.345	(461.705)
Em 1º de janeiro de 2024		34.459.315	4.116.019	268.341	810.968	5.227.091	-	24.048.916	319.278	-	69.249.928
Ajustes de avaliação patrimonial	14.2	-	-	-	-	-	-	(1.324.036)	(11.238)	-	(1.335.274)
Realização de instrumentos patrimoniais designados a VJORA	14.3	-	-	-	-	-	-	(20.898)	-	20.898	-
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	-	-	1.108.829	1.108.829
Em 31 de março de 2024		34.459.315	4.116.019	268.341	810.968	5.227.091	-	22.703.982	308.040	1.129.727	69.023.483
Mutações no período		-	-	-	-	-	-	(1.344.934)	(11.238)	1.129.727	(226.445)

As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2024
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	31/03/2024	31/03/2023
Atividades operacionais		
Resultado antes da tributação sobre o lucro	1.020.595	1.812.410
Ajustes ao lucro antes do imposto de renda e contribuição social e participação nos resultados	55.472	377.604
Constituição (reversão) da provisão para perdas de crédito	46.547	294.248
Constituição das provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	64.867	54.258
Resultado de participações em coligadas	(76.620)	11.506
Resultado com a realização de instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	20.898	17.475
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(220)	117
Variação de ativos e passivos	436.448	(552.954)
. (Aumento) / redução líquido em créditos por venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis	(55.440)	(57.340)
. (Aumento) / redução líquido em títulos e valores mobiliários	(16.637)	96.888
. (Aumento) / redução líquido nas demais contas do ativo	307.472	(632.775)
. Aumento / (redução) líquido nas obrigações por empréstimos e repasses	51	53
. Aumento / (redução) líquido nas demais contas do passivo	201.002	40.220
Caixa gerado (consumido) nas operações	1.512.515	1.637.060
. IR e CSLL pagos	(21.430)	(30.330)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de operacionais	1.491.085	1.606.730
Atividades de investimentos		
. Recebimento de dividendos e juros sobre o capital social de coligadas	11.342	35.843
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	11.342	35.843
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	1.502.427	1.642.573
Modificação na posição financeira		
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do período	6.866.274	11.075.505
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do período	8.368.701	12.718.078
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	1.502.427	1.642.573

As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2024
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

	31/03/2024		31/03/2023	
RECEITAS	465.440		608.977	
Intermediação financeira	268.652		482.272	
Resultado bruto da realização de instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	32.016		26.478	
Outras receitas	164.772		100.227	
DESPESAS	(118.224)		(276.029)	
Intermediação financeira	(51)		(57)	
Outras despesas	(118.173)		(275.972)	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(84.322)		(326.204)	
Materiais, energia e outros	(5.164)		(2.451)	
Serviços de terceiros	(32.611)		(29.505)	
Reversão (constituição) de provisão para perda de valores ativos	(46.547)		(294.248)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	262.894		6.744	
RETENÇÕES	(1.312)		(1.331)	
Depreciação	(1.312)		(1.331)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (RETIDO)/PRODUZIDO PELA ENTIDADE	261.582		5.413	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	1.097.003		2.093.109	
Resultado de equivalência patrimonial	76.620		(11.506)	
Dividendos e juros sobre capital próprio	1.020.383		2.104.615	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	1.358.585		2.098.522	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1.358.585	100,0%	2.098.522	100,0%
Pessoal e encargos	250.450	18,4%	201.725	9,6%
- Remuneração direta	153.246		125.042	
- Benefícios	82.595		65.129	
- FGTS	13.968		11.066	
- Outros	641		488	
Impostos, taxas e contribuições	(22.304)	-1,6%	(445.244)	-21,2%
- Federais	(26.967)		(446.135)	
- Estaduais	80		2	
- Municipais	4.583		889	
Aluguéis	712	0,1%	696	0,0%
Lucros retidos	1.129.727	83,1%	2.341.345	111,6%

As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2024
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A BNDESPAR é uma sociedade por ações, com sede em Brasília, Distrito Federal, no Setor Comercial Sul, Centro Empresarial Parque Cidade, Quadra 09, Torre C, 12º andar, constituída em 1974, controlada integral do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Sua ação é pautada nas diretrizes estratégicas formuladas em conjunto com o BNDES e direcionada a apoiar o processo de capitalização e o desenvolvimento de empresas nacionais. Concretiza-se, principalmente, por meio de participações societárias de caráter minoritário, transitório e não executivo e, ainda, pelo fortalecimento e modernização do mercado de valores mobiliários.

Em 13 de janeiro de 1998, a BNDESPAR obteve junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM o registro de companhia aberta, o que permite à instituição negociar títulos de sua emissão no mercado de balcão organizado.

Informações sobre as formas de atuação da BNDESPAR podem ser verificadas na Nota Explicativa n.º 18 ou por meio do seu site na internet (www.bndes.gov.br).

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS.

As informações trimestrais foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto para determinados ativos e passivos financeiros, que foram mensurados pelo valor justo.

2.1. Aprovação para emissão e moeda funcional e de apresentação

As informações trimestrais da BNDESPAR referentes ao período findo em 31 de março de 2024 foram aprovadas para emissão, pela Diretoria, em 08 de maio de 2024. O Conselho de Administração da BNDESPAR, que possui o poder de alterá-las, manifestou-se posteriormente à emissão em 09 de maio de 2024.

A moeda funcional e de apresentação da BNDESPAR é o Real (R\$), e as informações são apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil), exceto quando indicado de outra forma. Moeda funcional é a moeda do ambiente econômico no qual a entidade opera.

2.2. Declaração de conformidade e de continuidade

Conformidade

As informações trimestrais foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei das Sociedades por Ações, às normas emanadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), conforme aprovado pelo *International Accounting Standard Board* (IASB).

A Administração entende que todas as informações prestadas nessas demonstrações financeiras são relevantes e representam fidedignamente as informações financeiras utilizadas na gestão da BNDESPAR.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2024
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Continuidade operacional

As informações trimestrais foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional da BNDESPAR, uma vez que a Administração está convencida de que esta possui recursos e condições para prosseguir no negócio num futuro previsível. Para isso, a Administração considerou uma vasta gama de informações relativas às condições presentes e futuras, incluindo projeções futuras de rentabilidade, fluxos de caixa e recursos de capital.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando num futuro previsível.

2.3. Critérios de relevância da Administração

As notas explicativas incluem informações necessárias para o entendimento das informações trimestrais da BNDESPAR, além de relevantes e materiais para as suas operações, sua posição financeira e seu desempenho.

As informações são consideradas materiais e relevantes se, por exemplo:

- O montante é significativo devido a sua dimensão ou natureza, quando comparado ao conjunto das demonstrações financeiras;
- É importante para a compreensão dos resultados da BNDESPAR; ou
- Contribui para explicar o impacto de alterações significativas nos negócios da BNDESPAR.

2.4. Critérios para apresentação das Notas Explicativas

As notas explicativas da BNDESPAR, seguindo as recomendações internacionais do *Framework* do Relato Integrado, bem como orientações do CPC e do Comitê de Orientação para Divulgação de Informações ao Mercado (CODIM) estão apresentadas de forma concisa, observando parâmetros de materialidade e a relevância dos assuntos tratados.

Informações sobre as principais práticas contábeis aplicadas podem ser encontradas na Nota Explicativa n.º 19 deste relatório.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2024
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

3. DIVULGAÇÕES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Apresentamos a seguir informações exigidas pelos pronunciamentos contábeis CPC 40 – Instrumentos financeiros: Evidenciação e CPC 46 – Mensuração do valor justo.

Informações adicionais podem ser encontradas nas notas explicativas de cada instrumento financeiro, assim como na Nota Explicativa nº 15 sobre gestão de riscos.

3.1. Classificação por categoria

A política contábil de classificação e mensuração dos instrumentos financeiros está apresentada na Nota Explicativa n.º 19.4.

	31/03/2024			
	Avaliados ao valor justo		Avaliadas ao custo amortizado	Saldo contábil
	por meio de resultado	por meio de outros resultados abrangentes	Custo amortizado	
Ativos financeiros				
Aplicações em operações compromissadas	-	-	8.368.701	8.368.701
Títulos e valores mobiliários				
Debêntures	-	-	888.223	888.223
Ações e certificados de depósito de ações	-	62.938.679	-	62.938.679
Cotas de fundos de investimento	1.430.867	2.150.099	-	3.580.966
Instrumentos financeiros derivativos	853	-	-	853
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	-	-	420.258	420.258
Direitos recebíveis	-	-	750.585	750.585
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	-	-	1.237.188	1.237.188
Devedores por depósitos em garantia	-	-	761.849	761.849
Outros ativos financeiros	-	-	413.834	413.834
Total	1.431.720	65.088.778	12.840.638	79.361.136
Circulante	1.430.867	733.775	9.923.044	12.087.686
Não circulante	853	64.355.003	2.917.594	67.273.450

Passivos financeiros	Valor Justo por meio do resultado	Total Valor justo	Custo amortizado	Total
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	-	1.734.806	1.734.806

	31/12/2023			
	Avaliados ao valor justo		Avaliadas ao custo amortizado	Saldo contábil
	por meio de resultado	por meio de outros resultados abrangentes	Custo amortizado	
Ativos financeiros				
Aplicações em operações compromissadas	6.866.274	-	-	6.866.274
Títulos e valores mobiliários				
Debêntures	-	-	883.535	883.535
Ações e certificados de depósito de ações	-	65.062.209	-	65.062.209
Cotas de fundos de investimento	1.411.869	2.069.633	-	3.481.502
Instrumentos financeiros derivativos	633	-	-	633
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	-	-	417.414	417.414
Direitos recebíveis	-	-	744.536	744.536
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	-	-	1.422.898	1.422.898
Devedores por depósitos em garantia	-	-	795.500	795.500
Outros ativos financeiros	-	-	413.834	413.834
Total	8.278.776	67.131.842	4.677.717	80.088.335
Circulante	8.278.143	-	1.737.068	10.015.211
Não circulante	633	67.131.842	2.940.649	70.073.124

Passivos financeiros	Valor Justo por meio do resultado	Total Valor justo	Custo amortizado	Total
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	-	1.690.436	1.690.436

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2024
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

3.2. Ativos financeiros mensurados ao valor justo

Informações sobre técnicas de avaliação e informações utilizadas para desenvolver as mensurações ao valor justo podem ser encontradas na Nota Explicativa n.º 19.4.1.3.

A tabela a seguir apresenta os ativos financeiros mensurados a valor justo de forma recorrente, classificados pelos níveis hierárquicos:

	31/03/2024			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Valor justo por meio do resultado				
Cotas de fundos de investimento	173.038	-	1.257.829	1.430.867
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	853	853
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Ações	59.452.623	70.245	3.415.811	62.938.679
Cotas de fundos de investimento	36.173	-	2.113.926	2.150.099
Total	59.661.834	70.245	6.788.419	66.520.498

	31/12/2023			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Valor justo por meio do resultado				
Operações compromissadas	-	6.866.274	-	6.866.274
Cotas de fundos de investimento	70.773	-	1.341.096	1.411.869
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	633	633
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Ações	61.619.882	60.970	3.381.357	65.062.209
Cotas de fundos de investimento	-	-	2.069.633	2.069.633
Total	61.690.655	6.927.244	6.792.719	75.410.618

3.2.1. Transferências entre o Nível 1 e o Nível 2

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros que tiveram ativos reclassificados entre os níveis 1 e 2, quando comparado a posição no início e no final do exercício. Os valores apresentados correspondem ao saldo do ativo reclassificado na data-base reportada.

	31/03/2024		31/12/2023	
	do Nível 1 para Nível 2	do Nível 2 para Nível 1	do Nível 1 para Nível 2	do Nível 1 para Nível 1
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Ações	-	3.345	9.056	59.788

As razões para essas transferências e a política da entidade para determinar quando se considera que ocorreram as transferências entre níveis estão apresentadas na Nota Explicativa n.º 19.4.1.3.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2024
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

3.2.2. Conciliação dos saldos do Nível 3

As tabelas a seguir apresentam as movimentações dos instrumentos financeiros classificados no nível 3 da hierarquia de valor justo:

	31/03/2024			
	Valor justo por meio de resultado		Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	
	Cotas de Fundos de investimento	Derivativos	Ações	Cotas de Fundos de investimento
Saldo no início do exercício	1.341.096	633	3.381.357	2.069.633
Ganhos (perdas) incluídos no/em:				
Resultado do exercício	28.547	220	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	34.454	33.707
Aquisições	120	-	-	51.874
Alienações/resgates/amortizações /conversão	(111.934)	-	-	(41.288)
Saldo no final do período	1.257.829	853	3.415.811	2.113.926

	31/12/2023			
	Valor justo por meio de resultado		Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	
	Cotas de Fundos de investimento	Derivativos	Ações	Cotas de Fundos de investimento
Saldo no início do exercício	1.317.301	159	3.375.496	2.343.818
Transferências para Nível 3	-	571	31.083	-
Ganhos (perdas) incluídos no/em:				
Resultado do exercício	169.668	(97)	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	(24.242)	(85.550)
Aquisições	264.804	-	-	181.519
Alienações/resgates/amortizações /conversão	(410.677)	-	(980)	(370.154)
Saldo no final do exercício	1.341.096	633	3.381.357	2.069.633

As razões para as transferências e a política da entidade para determinar quando se considera que ocorreram as transferências entre níveis estão apresentadas na Nota Explicativa nº 19.4.1.3

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2024
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

3.2.3. Informações sobre dados não observáveis significativos utilizados na mensuração do Nível 3

O quadro a seguir apresenta um resumo dos dados não observáveis quantitativos significativos para a mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros classificados no nível 3 de hierarquia de valor justo:

Ativos	Variáveis não observáveis	31/03/2024	31/12/2023
Ações	Crescimento do Ebitda (média ponderada)	de 3,9% a 8,5%	de 3,9% a 8,5%
	Taxas de desconto (média)	de 12,9% a 15%	de 12,9% a 15%
	Múltiplos	de 0,2x a 7x	de 0,2x a 7x
Bônus de subscrição	Volatilidades	de 0,60 a 0,85	de 0,57 a 0,89

Sensibilidade a mudanças em dados não observáveis significativos

Os dados não observáveis mencionados acima foram agregados em 3 categorias: Taxas de Juros/Spreads de risco de crédito, Valores de ativos de renda variável sem liquidez e Volatilidade de ações. A tabela a seguir demonstra a sensibilidade a alterações nos valores dos dados não observáveis para cenários selecionados:

Variáveis não observáveis	Cenários	31/03/2024		31/12/2023	
		Impacto no resultado	Impacto no patrimônio	Impacto no resultado	Impacto no patrimônio
Valores de ativos de renda variável sem liquidez	Cenário I	(125.783)	(552.974)	(134.110)	(545.099)
	Cenário II	(314.457)	(1.382.434)	(335.274)	(1.362.747)
Volatilidade de ações	Cenário I	-	(185)	-	(75)
	Cenário II	-	(211)	-	(85)

Na mensuração da sensibilidade, são utilizados os seguintes cenários:

Variáveis não observáveis	Cenário I	Cenário II
Valores de ativos de renda variável sem liquidez	redução de 10% nos valores dos ativos	redução de 25% nos valores dos ativos
Volatilidade de ações	aplicação do 25º percentil das volatilidades das empresas listadas na B3 (0,34)	aplicação do 10º percentil das volatilidades das empresas listadas na B3 (0,29)

3.3. Valor justo de ativos financeiros não mensurados ao valor justo

	31/03/2024		31/12/2023	
	Valor contábil	Valor justo estimado	Valor contábil	Valor justo estimado
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado				
Aplicações em operações compromissadas	8.368.701	8.368.701	-	-
Títulos e valores mobiliários				
Debêntures (avaliadas ao custo amortizado) ^{(1) (2)}	888.223	855.018	883.535	855.442
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários ^{(1) (3)}	420.258	420.258	417.414	417.414
Direitos recebíveis ^{(1) (3)}	750.585	750.585	744.536	744.536
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber ⁽³⁾	1.237.188	1.237.188	1.422.898	1.422.898
Devedores por depósitos em garantia ⁽³⁾	761.849	761.849	795.500	795.500
Outros ativos financeiros ⁽³⁾	413.834	413.834	430.503	430.503
Total	12.840.638	12.807.433	4.694.386	4.666.293

⁽¹⁾ Valores líquidos da provisão para perdas de crédito.

⁽²⁾ Valor justo estimado no nível 3 da hierarquia de valor justo.

⁽³⁾ O custo amortizado é uma aproximação razoável do valor justo destes ativos.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2024
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

3.4. Exposição a risco de crédito

O quadro a seguir apresenta o valor contábil bruto dos ativos financeiros classificados de acordo com a respectiva mensuração para perdas de crédito baseada no modelo de 3 estágios, descrito na Nota Explicativa nº 19.5.

	31/03/2024				31/12/2023			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	95.994	-	432.933	528.927	93.032	-	432.933	525.965
Direitos recebíveis	-	-	4.864.955	4.864.955	-	-	4.812.724	4.812.724
Debêntures (avaliadas ao custo amortizado)	891.257	-	-	891.257	886.145	-	-	886.145
Total	987.251	-	5.297.888	6.285.139	979.177	-	5.245.657	6.224.834

Concentração por setor de atividade

	31/03/2024			31/12/2023		
	Outros créditos	Debêntures	Total	Outros créditos	Debêntures	Total
Setor público						
Indústria	-	372.773	372.773	-	376.856	376.856
Setor privado						
Indústria	137.226	518.484	655.710	134.102	509.289	643.391
Intermediação financeira	2.445	-	2.445	2.385	-	2.385
Outros serviços	5.254.211	-	5.254.211	5.202.202	-	5.202.202
Subtotal	5.393.882	518.484	5.912.366	5.338.689	509.289	5.847.978
Total	5.393.882	891.257	6.285.139	5.338.689	886.145	6.224.834

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/03/2024	31/12/2023
Aplicações interfinanceiras de liquidez		
Aplicações em operações compromissadas	8.368.701	6.866.274

As operações compromissadas (compra de títulos com compromisso de revenda no mercado de balcão) são operações de curto prazo lastreadas em títulos públicos federais.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2024
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

5.1. Ações não coligadas e certificados de depósitos de ações (*units*)

A carteira de participações societárias da BNDESPAR é representada, em sua maior parte, por ações de companhias sobre as quais a BNDESPAR não exerce influência significativa, avaliadas pelo valor justo e classificados na categoria “valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)”.

As demais participações societárias, composta por investimentos em empresas coligadas sobre as quais a BNDESPAR exerce influência significativa, estão demonstradas na Nota Explicativa n.º 9.

Os ativos da carteira de participações societárias são decorrentes, predominantemente, de operações de apoio financeiro do Sistema BNDES, cujo foco em geral corresponde à perspectiva de longo prazo.

Para detalhes sobre as Práticas Contábeis adotadas, vide Nota Explicativa n.º 19.6.

Abaixo segue a composição da carteira de ações e certificados de depósito de ações (*units*) classificados na categoria VJORA, contendo a abertura das principais participações em empresas listadas em bolsa.

Empresas Investidas	Quantidade (mil) de ações possuídas em 31/03/2024		% de participação no capital total em 31/03/2024	Valor contábil	
	Ordinárias	Preferenciais		31/03/2024	31/12/2023
NÍVEL 1					
PETROBRAS		900.210	6,90	33.415.814	33.523.839
JBS	461.661	-	20,81	9.990.346	11.518.444
COPEL	131.162	524.646	21,99	6.190.826	6.668.254
ELETROBRAS	71.956	18.691	3,93	3.867.243	3.932.771
ENERGISA – UNITS	44.639	178.558	9,75	2.139.124	2.508.126
CEMIG	82.008	-	3,73	1.189.933	1.240.778
EMBRAER	39.762	-	5,37	1.330.851	891.475
BRASIL ENERGIA S.A.	42.030	-	6,98	428.289	519.074
COPASA	13.160	-	3,46	284.773	268.586
ENAUTA PARTICIPAÇÕES	11.104	-	4,18	325.229	223.852
COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL	8.795	-	0,66	137.112	172.116
Subtotal Nível 1				59.299.540	61.467.315
Outras empresas - Nível 1				153.083	152.567
Total Nível 1				59.452.623	61.619.882
NÍVEL 2				70.245	60.970
NÍVEL 3				3.415.811	3.381.357
TOTAL				62.938.679	65.062.209
Circulante				733.775	-
Não circulante				62.204.904	65.062.209

Para detalhes da classificação da carteira em níveis, vide Nota Explicativa n.º 19.4.1.3.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2024
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

5.1.1. Resultado com alienação de ações

O ganho acumulado no trimestre com alienação de ações mensuradas ao valor justo é apurado pela receita de vendas, deduzida de despesas incorridas, e do custo de aquisição das ações vendidas, e reconhecido em Lucros Acumulados conforme a Nota Explicativa n.º 14.3.

No trimestre findo em 31 de março de 2024 a BNDESPAR apurou ganho com alienações de ações classificadas como VJORA no valor de R\$7.526 (R\$ 4.736 líquido de efeitos tributários). No trimestre findo em 31 de março de 2023 não houve venda de ações classificadas como VJORA.

5.1.2. Dividendos e JCP de investimentos em ações

Apresentamos a seguir a abertura das receitas com dividendos e JCP referente aos valores mais relevantes das empresas listadas em bolsa, evidenciadas na Demonstração do Resultado.

	31/03/2024			31/03/2023		
	Dividendos	JCP	Total	Dividendos	JCP	Total
Petrobras	989.285	-	989.285	2.023.372	-	2.023.372
Energisa	-	-	-	37.144	-	37.144
Cemig	-	14.398	14.398	9.273	15.810	25.083
Copasa	7.409	4.081	11.490	-	13.082	13.082
Subtotal	996.694	18.479	1.015.173	2.069.789	28.892	2.098.681
Outras empresas	5.210	-	5.210	4.730	1.204	5.934
Total	1.001.904	18.479	1.020.383	2.074.519	30.096	2.104.615

Do total da receita com proventos de R\$ 2.104.615 apurada no trimestre findo em 31 de março de 2023, R\$ 1.432 referem-se a ações que foram alienadas e não fazem mais parte da carteira de ações do BNDESPAR.

O valor a receber de dividendos e JCP das ações VJORA estão apresentados na linha "Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber" do balanço, juntamente com os proventos decorrentes de investimento em ações de coligadas, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	31/03/2024	31/12/2023
Ações VJORA		
Dividendos	1.000.696	870.986
Juros sobre o capital próprio	220.246	534.011
	1.220.942	1.404.997
Coligadas		
Dividendos	7.421	-
Juros sobre o capital próprio	8.825	17.901
	16.246	17.901
Total	1.237.188	1.422.898

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2024
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

5.2. Cotas de fundos de investimento

Estas aplicações são administradas por instituições financeiras privadas. As cotas destes fundos são avaliadas pelos valores divulgados pelos respectivos administradores na data-base das Informações trimestrais.

Para maiores informações sobre o tratamento contábil das cotas de fundos de investimento da BNDESPAR vide Nota Explicativa n.º 19.4.1.

Fundo	Administrador	31/03/2024	31/12/2023
SRM EXODUS PME FIDC	Vortex Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	361.002	365.515
VINCI Energia Sustentável FIDC	BRL Trust Investimentos Ltda.	257.528	263.200
Pátria Crédito Estruturado FIDC	Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	246.333	246.529
Fundo Ag Angra Infra-Estrutura FIP	BEM – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	239.876	235.028
VINCI Crédito Infra Institucional RF	BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM	236.412	233.662
LGEF II BRLGEF II BRASIL FIP	BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM	223.970	223.292
Pátria Infraestrutura IV FEEDER-A FIP	Pátria Infraestrutura Gestão de Recursos LTDA	195.334	174.179
Fundo de Investimentos do Nordeste – FINOR ⁽¹⁾	Banco do Nordeste do Brasil S. A. - BNB	173.038	70.773
Fundo BBI Financeira I FMIEE	FinHealth Gestão de Recursos S.A.	160.416	160.140
CRIATEC III FIP	Lions Trust Adm de Recursos LTDA	145.209	146.670
Avanti Multiestratégia FIP	BRL Trust Investimentos Ltda.	126.542	126.146
Pátria Infraestrutura III FI FIP	Pátria Infraestrutura Gestão de Recursos Ltda.	94.850	99.223
CRIATEC FMIEE	Intrader Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	77.138	77.195
INSEED FIMA FIP	KPTL Investimentos Ltda.	72.550	60.201
VINCI IMPACTO E RETORNO IV FIP	BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM	68.182	66.114
Subtotal		2.678.380	2.547.867
Outros		902.586	933.635
Total		3.580.966	3.481.502

⁽¹⁾ Em 1º de fevereiro de 2024 o Banco do Nordeste informou através do Ofício 2024/0486-0044 a emissão de 144.627.993 mil cotas do Fundo Finor em favor da BNDESPAR, como parte do programa de Incentivo Fiscal ao qual a BNDESPAR havia aderido. Essas novas cotas foram reconhecidas pelo seu valor justo, no montante de R\$ 101.240.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2024
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

5.3. Debêntures

O tratamento contábil das debêntures da BNDESPAR está disposto na Nota Explicativa n.º 19.4.1.

A tabela a seguir demonstra os saldos brutos e provisão das debêntures por categoria de instrumento financeiro:

	31/03/2024	31/12/2023
Avaliadas ao custo amortizado	891.257	886.145
(-) Provisão para perdas de crédito - Avaliadas ao custo amortizado	(3.034)	(2.610)
Total	888.223	883.535
Circulante	52.011	49.948
Não circulante	836.212	833.587

A tabela a seguir demonstra os saldos brutos destas operações por vencimento:

	31/03/2024		
	Avaliadas ao valor justo por meio do resultado	Avaliadas ao custo amortizado	Saldo contábil
A vencer:			
Até 1 ano	-	52.189	52.189
Entre 1 e 2 anos	-	-	-
Entre 2 e 3 anos	-	-	-
Entre 3 e 5 anos	-	601.970	601.970
Entre 5 e 10 anos	-	174.048	174.048
Após 10 anos	-	63.050	63.050
Total	-	891.257	891.257

	31/12/2023		
	Avaliadas ao valor justo por meio do resultado	Avaliadas ao custo amortizado	Saldo contábil
A vencer:			
Até 1 ano	-	50.096	50.096
Entre 1 e 2 anos	-	-	-
Entre 2 e 3 anos	-	-	-
Entre 3 e 5 anos	-	596.784	596.784
Entre 5 e 10 anos	-	176.454	176.454
Após 10 anos	-	62.811	62.811
Total	-	886.145	886.145

Movimentação da provisão para perdas de crédito

	31/03/2024			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
DEBÊNTURES				
Saldo no início do exercício	(2.610)	-	-	(2.610)
(Constituição) / reversão líquida	(424)	-	-	(424)
Saldo no final do período	(3.034)	-	-	(3.034)

	31/12/2023			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
DEBÊNTURES				
Saldo no início do exercício	(3.338)	-	-	(3.338)
(Constituição) / reversão líquida	728	-	-	728
Saldo no final do exercício	(2.610)	-	-	(2.610)

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2024
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

5.4. Instrumentos financeiros derivativos

A BNDESPAR é signatária de contratos de opções estruturadas nas operações de investimentos em renda variável, conforme demonstrado a seguir. O tratamento contábil das participações societárias da BNDESPAR está disposto na Nota Explicativa n.º 19.4.4.

Derivativos	Metodologia de precificação	Vencimento	31/03/2024	31/12/2023
Bônus de subscrição de ações (ativo)	<i>Black-Scholes</i>	out/25 a mar/27	853	633
			853	633
Circulante			-	-
Não circulante			853	633

6. VENDA A PRAZO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E DIREITOS RECEBÍVEIS

O tratamento contábil de vendas a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis está disposto na Nota Explicativa n.º 19.4.1.

	31/03/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários						
Carteira Bruta	47.003	481.924	528.927	45.725	480.240	525.965
Provisão	(9.657)	(99.012)	(108.669)	(9.437)	(99.114)	(108.551)
Carteira Líquida	37.346	382.912	420.258	36.288	381.126	417.414
Direitos recebíveis						
Carteira Bruta	1.323.276	3.541.679	4.864.955	1.324.041	3.488.683	4.812.724
Provisão	(1.119.116)	(2.995.254)	(4.114.370)	(1.119.211)	(2.948.977)	(4.068.188)
Carteira Líquida	204.160	546.425	750.585	204.830	539.706	744.536

A tabela a seguir demonstra os saldos brutos destas operações por vencimento:

	31/03/2024	31/12/2023
Vencido	1.346.003	1.345.293
A vencer:		
Até 1 ano	24.276	24.473
Entre 1 e 2 anos	17.264	16.703
Entre 2 e 3 anos	17.759	17.197
Entre 3 e 5 anos	37.035	35.740
Entre 5 e 10 anos	47.479	44.804
Após 10 anos	3.904.066	3.854.479
Total	5.393.882	5.338.689

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2024
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação da provisão para perdas de crédito

	31/03/2024			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
VENDA A PRAZO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS				
Saldo no início do exercício	(318)	-	(108.233)	(108.551)
(Constituição) / reversão líquida	(118)	-	-	(118)
Saldo no final do período	(436)	-	(108.233)	(108.669)
DIREITOS RECEBÍVEIS				
Saldo no início do exercício	-	-	(4.068.188)	(4.068.188)
(Constituição) / reversão líquida	-	-	(46.182)	(46.182)
Saldo no final do período	-	-	(4.114.370)	(4.114.370)

	31/12/2023			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
VENDA A PRAZO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS				
Saldo no início do exercício	(386)	-	(64.940)	(65.326)
(Constituição) / reversão líquida	68	-	(43.293)	(43.225)
Saldo no final do exercício	(318)	-	(108.233)	(108.551)
DIREITOS RECEBÍVEIS				
Saldo no início do exercício	-	-	(3.699.512)	(3.699.512)
(Constituição) / reversão líquida	-	-	(368.676)	(368.676)
Saldo no final do exercício	-	-	(4.068.188)	(4.068.188)

Para detalhes sobre a política contábil de mensuração da provisão para perdas de crédito de ativos financeiros, vide Nota Explicativa n.º 19.5.

7. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

7.1. Devedores por depósitos em garantia

Refere-se principalmente a processos administrativos instaurados pela Receita Federal, nos quais a BNDESPAR é parte, e que questionam, em sua maioria, a exclusão de receitas originadas na alienação de participações societárias (ações) das bases de cálculo de PIS e COFINS, ocorridas em 2005. Em todos os casos foram apresentadas impugnações ainda pendentes de julgamento definitivo.

Esses processos se encontram com probabilidade de perda classificada como possível, a despeito de terem sido integralmente depositados. Seus valores atualizados pela SELIC totalizam R\$ 738.211 em 31 de março de 2024 (R\$ 772.396 em 31 de dezembro de 2023).

Ressalte-se, ainda, que o saldo total de devedores por depósitos em garantia, que contempla os valores supramencionados, em 31 de março de 2024 é de R\$ 761.849 – R\$ 23.638 no circulante e R\$ 738.211 no não circulante (R\$ 795.500 em 31 de dezembro de 2023 – R\$ 23.104 no Circulante e R\$ 772.396 no não circulante).

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2024
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

8. RECEITAS E DESPESAS DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS

	31/03/2024	31/03/2023
Receitas de operações financeiras	268.652	482.272
Operações de crédito	55.474	57.818
.Moeda nacional	52.574	60.817
Juros/comissões	631	837
Atualização monetária	51.943	59.980
.Moeda estrangeira	2.900	(2.999)
Juros/comissões	154	(159)
Varição cambial	2.746	(2.840)
Resultado com aplicações em títulos e valores mobiliários	213.178	424.454
.Moeda nacional	213.178	424.454
Juros/comissões	28.228	33.422
Atualização monetária ⁽¹⁾	189.198	393.148
Ajustes ao valor de mercado ⁽²⁾	(4.248)	(2.116)
Despesas de operações financeiras	(46.598)	(294.305)
Encargos financeiros sobre obrigações por repasses com o BNDES	(51)	(53)
.Moeda nacional	(51)	(53)
Atualização monetária	(51)	(53)
Resultado de provisão para risco de crédito	(46.547)	(294.248)
Reversão (constituição) de provisão	(46.723)	(294.329)
Recuperação de créditos baixados	176	81
Resultado da carteira de câmbio	-	(4)
Resultado líquido de operações financeiras	222.054	187.967

⁽¹⁾ Atualização monetária de aplicações em operações compromissadas

⁽²⁾ Ajuste a valor justo de debêntures

8.1. Resultado de provisão para perdas de crédito

	31/03/2024	31/03/2023
Reversão / (constituição) líquida:		
Debêntures	(424)	127
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	(118)	(43.352)
Direitos recebíveis	(46.182)	(251.102)
Transferência entre estágios:		
Recuperação de valores anteriormente baixados	177	79
Receita (despesa) líquida apropriada	(46.547)	(294.248)

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2024
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

9. INVESTIMENTOS EM COLIGADAS

Os investimentos em coligadas representam todas as empresas investidas sobre as quais a BNDESPAR exerce “influência significativa” de acordo com o CPC 18 – Investimentos em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto. Para maiores detalhes sobre as práticas contábeis de investimentos em coligadas, vide Nota Explicativa nº 19.6.

O quadro a seguir apresenta informações detalhadas das participações relevantes em Coligadas.

Investimentos									
Coligadas ⁽²⁾	Quantidade (mil) de ações possuídas	31/03/2024 ⁽¹⁾			Valor do investimento	Provisão para perdas	Total	Total	Natureza das atividades do negócio da coligada
		% de participação sobre o capital ⁽³⁾		Votante					
		Ordinárias	Total						
Tupy	40.645	28,24%	28,24%	963.767	-	963.767	915.050	Setor de metalurgia e siderurgia	
CBO Holding	26.172	18,88%	18,88%	319.975	-	319.975	316.376	Apoio marítimo a indústria de E&P de óleo e gás	
CTC	60.902	18,99%	18,99%	305.229	-	305.229	302.399	Saneamento	
Iguá	56.335	13,21%	13,21%	232.586	-	232.586	233.612	Biotecnologia	
Subtotal				1.821.557	-	1.821.557	1.767.437		
Outros				403.866	(273.492)	130.374	130.454		
Total Coligadas				2.225.423	(273.492)	1.951.931	1.897.891		

⁽¹⁾ A data-base do patrimônio líquido das investidas utilizada para o cálculo da última equivalência patrimonial é 31/01/2024 (31/10/2023 para cálculo da equivalência em 31/12/2023).

⁽²⁾ Empresas com sede no Brasil.

⁽³⁾ % de participação sobre o capital – ajustado pelas ações em tesouraria das respectivas empresas, quando aplicável.

Em 1º de janeiro de 2023 se encerrou a vigência do Acordo de Acionistas do qual a BNDESPAR era signatária referente ao seu investimento na Tupy. Apesar do encerramento do acordo de acionistas, a Administração concluiu pela manutenção da influência significativa.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2024
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

9.1. Movimentação do saldo dos investimentos em coligadas e ativos mantidos para venda

Os quadros a seguir mostram, por coligada, as principais movimentações ocorridas na carteira da BNDESPAR para os trimestres findos em 31 de março de 2024 e 2023:

Coligadas	Saldo em 01/01/2024	Dividendos / JCP reconhecidos	Resultado de equivalência patrimonial ⁽¹⁾	Outros resultados com participação em coligadas ⁽¹⁾	Ajustes de avaliação patrimonial reflexo de coligadas e Movimentação do PL reflexos de coligadas ⁽²⁾	Saldo em 31/03/2024
Tupy	915.050	(6.242)	62.397	-	(7.438)	963.767
CBO Holding	316.376	-	8.486	-	(4.887)	319.975
CTC	302.399	-	7.680	(4.954)	104	305.229
Iguá	233.612	-	(2.087)	-	1.061	232.586
Subtotal	1.767.437	(6.242)	76.476	(4.954)	(11.160)	1.821.557
Outras coligadas	130.454	(5.101)	5.097	1	(77)	130.374
Total coligadas	1.897.891	(11.343)	81.573	(4.953)	(11.237)	1.951.931

Coligadas	Saldo em 01/01/2023	Dividendos / JCP reconhecidos	Resultado de equivalência patrimonial ⁽¹⁾	Ajustes de avaliação patrimonial e Movimentação do PL reflexos de coligadas	Saldo em 31/03/2023
Tupy	869.481	(30.096)	1.671	2.595	843.651
CBO Holding	320.583	-	(449)	(6.430)	313.704
Iguá	310.599	-	(16.514)	-	294.085
CTC	305.210	-	664	43	305.917
Subtotal	1.805.873	(30.096)	(14.628)	(3.792)	1.757.357
Outras coligadas	141.553	(5.747)	3.122	143	139.071
Total coligadas	1.947.426	(35.843)	(11.506)	(3.649)	1.896.428

⁽¹⁾ Inclui a amortização das Mais e Menos Valia de ativos e passivos apurados na aquisição de participação societária.

⁽²⁾ A movimentação do "Ajuste de Avaliação Reflexo de coligadas" decorre principalmente do Ajuste Acumulado de Conversão reconhecido pelas coligadas Tupy e CBO Holding em seu patrimônio líquido, em função da variação cambial apurada na conversão das demonstrações financeiras de suas controladas no exterior.

9.2. Valor justo de investimentos em coligadas que possuem preços cotados no mercado

Coligadas	Título	31/03/2024	31/12/2023
Tupy	ON	1.120.593	1.175.058

Valor de mercado da participação em coligadas com ações listadas, apurado com base no preço médio do último pregão em que a ação foi negociada, no mês de referência.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2024
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

9.3. Informação sobre os principais saldos das coligadas utilizados para cálculo da equivalência patrimonial

As demonstrações financeiras das coligadas utilizadas para o cálculo da equivalência patrimonial, quando necessário, são ajustadas para refletir: (i) os efeitos decorrentes de eventos relevantes subsequentes à data-base; (ii) os efeitos de uniformização de práticas contábeis; e (iii) os ajustes ao valor justo de ativos e passivos identificados por ocasião da aquisição da participação pela BNDESPAR e suas respectivas amortizações.

As informações financeiras das coligadas, apresentadas no quadro a seguir, já contemplam esses efeitos.

Coligadas	31/01/2024 ⁽¹⁾					01/11/2023 a 31/01/2024 - três meses ⁽¹⁾			
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido	Receitas	Lucros (prejuízos) de operações em continuidade ⁽²⁾	Outros resultados abrangentes	Resultado abrangente total
Tupy	1.844.537	5.354.375	2.329.007	1.457.154	3.412.751	1.161.645	220.283	(27.550)	192.733
CBO Holding	6.756	1.690.345	2.321	-	1.694.780	50.376	44.948	(25.885)	19.063
Iguá	321.026	3.250.020	123.671	1.687.101	1.760.274	43.630	(15.801)	-	(15.801)
CTC	612.912	1.222.170	124.494	103.046	1.607.542	104.695	14.359	(78)	14.281
Total	2.785.231	11.516.910	2.579.493	3.247.301	8.475.347	1.360.346	263.789	(53.513)	210.276

⁽¹⁾ Data-base do patrimônio líquido das investidas utilizada para o cálculo da última equivalência patrimonial.

⁽²⁾ Inclui resultados reconhecidos pela coligada diretamente em lucros acumulados, quando aplicável.

9.4. Perdas não reconhecidas nos investimentos em coligadas

Quando a participação da BNDESPAR nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer ativos de longo prazo que na essência constituam parte do investimento na coligada ("investimento líquido"), a BNDESPAR não reconhece perdas adicionais, a menos que possua obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) de fazer pagamentos por conta da coligada, o que não ocorre atualmente. Adicionalmente, a BNDESPAR não possui obrigação relacionada a eventuais passivos contingentes de suas coligadas, seja em sua totalidade ou compartilhados com outros investidores.

	31/03/2024	31/12/2023
Passivo a descoberto nas coligadas - % BNDESPAR ⁽¹⁾	(876.272)	(879.476)
Perdas não reconhecidas no resultado do exercício ⁽¹⁾	(114)	(9.006)

⁽¹⁾ Decorrente de investimento de coligadas cuja participação da BNDESPAR não é relevante.

9.5. Análise do valor recuperável

No trimestre findo em 31 de março de 2024 a BNDESPAR efetuou análise da necessidade de reconhecimento de provisão para perda por redução ao valor recuperável de investimentos em coligadas, em conformidade com o CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, não tendo identificado a necessidade de constituição de provisão.

9.6. Resultado com alienação de investimentos em coligadas

Nos trimestres findos em 31 de março de 2024 e 31 de março de 2023 a BNDESPAR não realizou venda de investimento em coligadas. O valor de R\$ 314 apresentado na linha "Resultado com alienações coligadas, bônus e direitos de subscrição" da Demonstração do Resultado do trimestre findo em 31 de março de 2023 referente ao recebimento de valores que haviam sido retidos pelo comprador em operação de venda realizada em exercícios anteriores, cujo recebimento não era praticamente certo quando da realização da operação.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2024
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Tributos incidentes e suas respectivas alíquotas aplicáveis

Os tributos são apurados com base na legislação tributária em vigor. A BNDESPAR está sujeita às alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda – IRPJ (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	9%
Contribuição para o PIS/PASEP ⁽¹⁾	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS ⁽¹⁾	7,6%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5%

⁽¹⁾ Para as receitas financeiras e as decorrentes de alienação de participação societária a alíquota do PIS/PASEP é de 0,65%, e da COFINS é de 4%.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, em Outros Resultados Abrangentes (ORA), e são calculados utilizando as alíquotas determinadas com base na legislação tributária em vigor, ou substancialmente em vigor, na data de encerramento do exercício.

Detalhes sobre os aspectos tributários a que a BNDESPAR está sujeita encontram-se na Nota Explicativa n.º 19.10.

10.1. Demonstração da Despesa de IR e CSLL

A reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, apurados conforme alíquotas nominais e os valores registrados estão evidenciados a seguir:

	31/03/2024	31/03/2023
Resultado antes da tributação sobre o lucro	1.020.595	1.812.410
Encargo (crédito) total de imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%	(347.002)	(616.219)
Ajustes		
Equivalência Patrimonial	27.735	(2.094)
Dividendos de investimentos avaliados a custo ou valor justo	340.647	705.337
Varição no reconhecimento de créditos tributários diferidos ⁽¹⁾	70.668	429.732
Outros	(3.814)	(5.296)
Despesas de imposto de renda e contribuição social apresentadas na DRE	88.234	511.460
Tributos Correntes	(33.014)	(72.375)
Tributos Diferidos	121.248	583.835
Alíquota Efetiva	-8,6%	-28,2%

⁽¹⁾ Decorrem, principalmente, de mudanças na expectativa de realização de diferenças temporárias dedutíveis de anos anteriores.

	31/03/2024	31/12/2023
Total dos tributos correntes reconhecidos no resultado	33.014	648.676
Ajuste do período anterior	-	(409)
Parcela dos tributos correntes reconhecida em outros resultados abrangentes	10.765	132.688
Tributos correntes devidos no período	43.779	780.955
(-) Antecipações	(26.112)	(760.217)
Impostos e Contribuições sobre o lucro a pagar	17.667	20.738

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2024
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

10.2. IR e CSLL Diferidos

(a) Movimentação dos créditos e débitos tributários diferidos, por natureza e origem

Ativo	31/12/2023	Constituição	Realização	31/03/2024	Fundamento para realização
Contrapartida no resultado:					
. Provisão para desvalorização da carteira de renda variável	5.006.895	56.819	(32.877)	5.030.837	Alienação dos títulos
. Provisão para ações trabalhistas e cíveis	765.815	22.055	-	787.870	Decisão judicial definitiva
. Ágio amortizado	92.870	1.685	-	94.555	Alienação dos títulos
. Provisão para risco de crédito	912.323	354.630	(315.489)	951.464	Recebimento ou efetivação da perda
. Outros	96.992	142	(238)	96.896	
Subtotal	6.874.895	435.331	(348.604)	6.961.622	
Contrapartida no patrimônio líquido:					
. Perda atuarial – PAS	22.552	14.115	(9.268)	27.399	Pagamento das despesas médicas
Subtotal	22.552	14.115	(9.268)	27.399	
Total dos créditos tributários diferidos	6.897.447	449.446	(357.872)	6.989.021	
Passivo	31/12/2023	Constituição	Realização	31/03/2024	Fundamento para realização
Contrapartida no resultado:					
. Ajuste a valor justo de instr. financeiros	(3.055.988)	(11.480)	46.001	(3.021.467)	Alienação dos títulos
. Ganho por compra vantajosa	(31.919)	-	-	(31.919)	Alienação dos títulos
. Outros	(3.034)	-	-	(3.034)	
Subtotal	(3.090.941)	(11.480)	46.001	(3.056.420)	
Contrapartida no patrimônio líquido:					
. Ajuste a valor justo de instr. financeiros - disponíveis para venda	(12.135.863)	-	695.051	(11.440.812)	Alienação dos títulos
. Ganho atuarial – FAMS/FAPES	(318)	(11.139)	-	(11.457)	
Subtotal	(12.136.181)	(11.139)	695.051	(11.452.269)	
Total dos débitos tributários diferidos	(15.227.122)	(22.619)	741.052	(14.508.689)	

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2024
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Créditos (débitos) tributários diferidos líquidos

	31/12/2023	Efeito no Resultado	Efeito no PL	31/03/2024
Créditos tributários diferidos	6.897.447	86.727	4.847	6.989.021
Débitos tributários diferidos	(15.227.122)	34.521	683.912	(14.508.689)
Créditos (débitos) tributários diferidos líquidos	(8.329.675)	121.248	688.759	(7.519.668)

	31/12/2022	Efeito no Resultado	Efeito no PL	31/03/2023
Créditos tributários diferidos	6.087.854	597.184	2.552	6.687.590
Débitos tributários diferidos	(9.965.734)	(13.349)	1.384.204	(8.594.879)
Créditos (débitos) tributários diferidos líquidos	(3.877.880)	583.835	1.386.756	(1.907.289)

(c) Créditos tributários diferidos não reconhecidos

Em 31 de março de 2024, não foram reconhecidos créditos tributários no montante de R\$ 1.734.450 dos quais R\$ 1.721.345 referem-se a créditos tributários com contrapartida no resultado (R\$ 1.786.899 em 31 de dezembro de 2023, dos quais R\$ 1.767.008 referem-se a créditos tributários com contrapartida no resultado), em sua maioria, pelo fato de não possuírem expectativa de realização nos próximos 10 anos. Tais créditos poderão ser registrados no período em que atenderem aos critérios normativos e/ou apresentarem expectativa de realização pelo prazo máximo de 10 anos.

(d) Expectativa de realização dos créditos e débitos tributários diferidos

31/03/2024					
	Créditos Tributários	%	Débitos Tributários	%	Líquido
2024	217.641	3,1%	(5.604)	0,0%	212.037
2025	1.188.541	17,0%	(1.885.150)	13,0%	(696.609)
2026	763.531	10,9%	(1.703.874)	11,7%	(940.343)
2027	1.104.763	15,8%	(1.703.874)	11,7%	(599.111)
2028	1.047.285	15,0%	(1.703.874)	11,7%	(656.589)
2029 a 2033	2.667.260	38,2%	(6.770.866)	46,8%	(4.103.606)
Após 2033	-	-	(735.447)	5,1%	(735.447)
Total	6.989.021	100,0%	(14.508.689)	100,0%	(7.519.668)

31/12/2023					
	Créditos Tributários	%	Débitos Tributários	%	Líquido
2024	212.299	3,1%	(2.750.442)	18,0%	(2.538.143)
2025	2.238.717	32,5%	(3.277.610)	21,5%	(1.038.893)
2026	1.802.547	26,1%	(3.296.861)	21,7%	(1.494.314)
2027	1.820.147	26,4%	(3.296.861)	21,7%	(1.476.714)
2028	284.885	4,1%	(809.265)	5,3%	(524.380)
2029 a 2033	538.852	7,8%	(1.260.596)	8,3%	(721.744)
Após 2033	-	-	(535.487)	3,5%	(535.487)
Total	6.897.447	100,0%	(15.227.122)	100,0%	(8.329.675)

10.3. Tributos a recuperar

Os impostos e contribuições a recuperar e antecipações são os seguintes:

	31/03/2024	31/12/2023
IRPJ/CSLL a compensar	438.587	252.683
Imposto de renda retido na fonte	9.802	213.251
Outros	1.532	1.532
Total no Ativo Circulante	449.921	467.466

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2024
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

11. PROVISÕES TRABALHISTAS, CÍVEIS E FISCAIS

A BNDESPAR é parte em processos judiciais de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais decorrentes do curso normal de suas atividades.

As informações sobre a regulamentação e política da BNDESPAR para tratamento destes processos podem ser encontradas na Nota Explicativa nº 19.11.

A provisão constituída foi avaliada pela Administração como suficiente para fazer face às eventuais perdas.

As provisões constituídas estão apresentadas, segregadas por natureza, a seguir:

	31/03/2024	31/12/2023
Trabalhistas	26.940	26.425
Cíveis	2.260.793	2.214.748
Fiscais	29.531	11.224
Total	2.317.264	2.252.397
Circulante	-	-
Não Circulante	2.317.264	2.252.397

Cronograma esperado de realização destas provisões em 31 de março de 2024:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais
Até 1 ano	-	-	-
Entre 1 e 2 anos	13.523	-	-
Entre 2 e 3 anos	6.039	140.793	7.417
Entre 3 e 5 anos	7.378	2.115.424	22.114
Entre 5 e 10 anos	-	4.576	-
Após 10 anos	-	-	-
Total	26.940	2.260.793	29.531

O efeito no resultado da movimentação dessas provisões está resumido no quadro abaixo:

	31/03/2024	31/03/2023
Constituições de provisões trabalhistas	(515)	(6.223)
Reversões de provisões trabalhistas	-	-
Constituições de provisões cíveis	(46.045)	(51.137)
Reversões de provisões cíveis	-	3.181
Constituições de provisões fiscais	(18.307)	(84)
Reversões de provisões fiscais	-	5
Reversão (constituição) de provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	(64.867)	(54.258)

(a) Trabalhistas

Em 31 de março de 2024, as provisões trabalhistas refletem a classificação de risco de perda provável sobre 11 processos judiciais em andamento (11 em 31 de dezembro de 2023), que se referem, basicamente, a processos relativos a incorporação de gratificação salarial, participação nos lucros, responsabilidade solidária do Banco em razão da participação acionária da BNDESPAR e à Lei de Anistia (Reforma Administrativa do Governo Collor).

Movimentação das provisões trabalhistas nos exercícios:

	31/03/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	26.425	16.225
Pagamentos	-	(247)
Constituições	515	10.447
Reversões	-	-
Saldo no final do período	26.940	26.425

Em 31 de março de 2024 existiam 4 processos judiciais em andamento (3 em 31 de dezembro de 2023), classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R\$ 338, (R\$ 241 em 31 de dezembro de 2023), que versam sobre complementação de aposentadoria, reforma administrativa do Governo Collor e hora extra.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2024
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Cíveis

Em 31 de março de 2024, as provisões cíveis refletem a classificação de risco de perda provável sobre 7 processos (7 em 31 de dezembro de 2023), sendo que os principais pleitos versam sobre indenizações referentes a alienações do controle de empresas no âmbito do Programa Federal de Desestatização ou Privatizações - PND efetuadas pelo Governo Federal e implementadas pelo BNDES enquanto gestor do Programa, além daquelas acerca de questões contratuais.

Um dos principais pleitos refere-se a uma ação ajuizada em 1995, decorrente de um leilão de privatização ocorrido em 1989.

Movimentação das provisões cíveis nos exercícios:

	31/03/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	2.214.748	2.034.270
Pagamentos	-	-
Constituições	46.045	183.660
Reversões	-	(3.182)
Saldo no final do período	2.260.793	2.214.748

Em 31 de março de 2024 existiam 2 processos judiciais em andamento (3 em 31 de dezembro de 2023), classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R\$ 10.352 (R\$ 10.275 em 31 de dezembro de 2023), referente a questões contratuais (revisão de acordo de acionistas).

(c) Fiscais

Em 31 de março de 2024, as provisões fiscais refletem a classificação de risco de perda provável sobre 2 processos (2 em 31 de dezembro de 2023), referente a compensação de créditos fiscais.

Movimentação das provisões fiscais nos exercícios:

	31/03/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	11.224	7.037
Constituições	18.307	4.192
Reversões	-	(5)
Saldo no final do período	29.531	11.224

Em 31 de março de 2024 existiam 5 processos judiciais em andamento (7 em 31 de dezembro de 2023), classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R\$ 1.270.308 (R\$ 1.308.032 em 31 de dezembro de 2023), referentes a compensação de créditos fiscais.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2024
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

12.3. Transações com a Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – FAPES

A BNDESPAR não possui transações com a FAPES, além daquelas relacionadas à gestão do Plano de Aposentadoria e Pensões e com o Fundo de Assistência Médica e Social. Os saldos em aberto com a FAPES, resumidos a seguir, encontram-se detalhados na Nota Explicativa n.º 13.1:

	31/03/2024	31/12/2023
Passivo		
Passivo atuarial - Plano Básico de Benefícios - PBB	225.342	254.996
Passivo atuarial - Plano de Assistência e Saúde - PAS	484.423	456.746
Patrimônio líquido		
Outros resultados abrangentes - PBB	32.959	3.379
Outros resultados abrangentes - PAS	(152.087)	(124.829)
	31/03/2024	31/03/2023
Resultado		
Plano Básico de Benefícios – PBB	75	1.389
Plano de Assistência e Saúde – PAS	(419)	(1.856)

12.4. Transações com coligadas

A BNDESPAR possui investimentos em empresas coligadas, conforme detalhado na Nota Explicativa n.º 9. Além dos aportes de capital nas investidas e do recebimento de dividendos e juros sobre o capital próprio, em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023 a BNDESPAR não possuía nenhuma outra operação com empresas coligadas.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2024
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

12.5. Remuneração de empregados e dirigentes

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 23/03/2020, foi aprovada alteração do Estatuto Social da BNDESPAR, por meio da qual se estabeleceu que os Conselhos de Administração e Fiscal da BNDESPAR passam a ser compostos pelos membros desses respectivos Conselhos do BNDES, não fazendo jus a qualquer remuneração pela atuação como conselheiros da BNDESPAR.

A BNDESPAR não possui remuneração baseada em ações e não oferece outros benefícios de longo prazo para seu pessoal-chave da Administração.

A BNDESPAR não concede empréstimos ao pessoal-chave da Administração – Diretores, membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

Os benefícios pós-emprego estão restritos aos funcionários do quadro da BNDESPAR.

Estão destacadas, abaixo, as informações relativas às maiores e menores remunerações (salário fixo mensal, sem encargos) pagas aos empregados da BNDESPAR nos períodos:

	31/03/2024	31/03/2023
Maior Salário	96,24	92,03
Menor Salário	6,72	6,12
Salário Médio	39,72	36,82

Participação nos Lucros e Resultados (PLR)

Movimentação dos saldos provisionados para participação nos resultados de empregados, decorrentes de pagamentos, ajustes e novos provisionamentos:

	31/03/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	1.746	1.659
Ajuste do valor provisionado	-	(171)
Pagamentos realizados	-	(1.488)
Provisão do período	-	1.746
Saldo no final do período	1.746	1.746

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2024
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

13. OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Informações regulamentares dos planos de aposentadoria complementar (Plano Básico de Benefícios – PBB) e de assistência médica (Plano de Assistência e Saúde – PAS) e outros benefícios concedidos aos empregados da BNDESPAR podem ser encontrados na Nota Explicativa n.º 19.12.

13.1. Passivo atuarial - planos de aposentadoria complementar e de assistência médica

As obrigações registradas no balanço patrimonial relativas aos planos de aposentadoria complementar (PBB) e de assistência médica (PAS) estão representadas a seguir:

	31/03/2024	31/12/2023
Passivo atuarial – PBB	225.342	254.996
Passivo atuarial – PAS	484.423	456.746
Total	709.765	711.742
Circulante	112.951	107.903
Passivo atuarial – PBB	82.873	79.608
Passivo atuarial – PAS	30.078	28.295
Não Circulante	596.814	603.839
Passivo atuarial – PBB	142.469	175.388
Passivo atuarial – PAS	454.345	428.451

13.1.1. Plano Básico de Benefícios – PBB

A seguir, os resultados da avaliação atuarial do PBB efetuada por atuário externo, os ativos com base nos dados de 29 de fevereiro de 2024 e atualizados até 31 de março de 2024:

	31/03/2024	31/12/2023
Valor presente da obrigação atuarial	2.255.868	2.340.886
Valor justo dos ativos do plano	(1.805.184)	(1.830.892)
Valor presente das obrigações não cobertas pelos ativos	450.684	509.994
Efeito do compartilhamento de risco	(225.342)	(254.998)
Valor presente das obrigações líquidas do Patrocinador	225.342	254.996

A BNDESPAR adota o compartilhamento de risco com participantes e assistidos. Dessa forma, o passivo atuarial do PBB, ou de valor presente da obrigação de Benefício Definido (BD), é reconhecido nas demonstrações contábeis pelo montante de 50% do valor presente da obrigação atuarial bruta não coberto pelo valor justo dos ativos do plano.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2024
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação no valor presente da obrigação atuarial e no valor justo dos ativos do PBB

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

	31/03/2024	31/12/2023
Valor presente no início do exercício	2.340.886	2.151.665
Custo do serviço corrente	243	1.189
Custo dos juros da obrigação	50.510	229.188
Contribuições dos participantes do plano	189	731
Benefícios pagos	(41.127)	(160.815)
Perdas (Ganhos) atuariais	(94.833)	120.298
Mudança de premissas (taxa de crescimento salarial)	-	8
Mudança de premissas (taxa de desconto)	(59.966)	140.317
Mudança de premissas (tábuas biométricas)	-	-
Mudança de premissas (reajuste salarial)	-	103.199
Ajuste de experiência	(34.867)	(123.226)
Mudança de critério (benefício) ⁽¹⁾	-	(1.370)
Valor presente no final do período	2.255.868	2.340.886

⁽¹⁾ Base de cálculo para novos benefícios foi alterada da média aritmética simples dos últimos 12 para 36 salários-de-participação, em adequação à Resolução CGPAR nº 37/2022, exceto para benefícios já concedidos e os participantes elegíveis até 16/11/2022.

As hipóteses atuariais e econômicas estão sendo demonstradas na Nota Explicativa n.º 13.1.3.

As mudanças no valor justo dos ativos do PBB são as seguintes:

	31/03/2024	31/12/2023
Valor justo no início do exercício	1.830.892	1.813.359
Receita dos juros	39.411	192.373
Retorno sobre os ativos do plano, excluindo juros	(29.864)	(36.975)
Contribuições recebidas do empregador ⁽¹⁾	5.683	22.219
Contribuições recebidas dos participantes ⁽²⁾	189	731
Benefícios pagos	(41.127)	(160.815)
Benefícios brutos	(46.621)	(182.304)
Contribuições descontadas dos assistidos ⁽²⁾	5.494	21.489
Valor justo no final do período	1.805.184	1.830.892

⁽¹⁾ Corresponde a contribuições para ativos, assistidos e contratos de dívida (cujas amortizações estão, por ora, suspensas).

⁽²⁾ Contribuições recebidas dos participantes (ativos) e descontadas dos assistidos somam R\$ 5.683.

A contribuição esperada da BNDESPAR para o plano de pensão de aposentadoria complementar, para os próximos 12 meses, é de aproximadamente R\$ 23.526.

A duração média da obrigação atuarial é de 15,63 anos em 31 de março de 2024 (16,13 anos em 31 de dezembro de 2023).

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar pela BNDESPAR em 31 de março de 2024 para os próximos anos:

PBB	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
BNDESPAR	202.811	201.491	199.169	392.533	926.340	2.213.517	4.135.861

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar na data-base de 31 de dezembro de 2023 para os próximos anos:

PBB	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
BNDESPAR	203.841	202.387	200.309	394.948	933.780	2.260.018	4.195.283

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2024
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Impacto no resultado e Patrimônio Líquido

Os valores reconhecidos na Demonstração do Resultado são assim demonstrados.

Resultado	31/03/2024	31/03/2023
Custo do serviço corrente	(122)	(143)
Custo líquido dos juros	(5.486)	(3.953)
Subtotal	(5.608)	(4.096)
Contribuições recebidas do empregador	5.683	5.485
Total	75	1.389

Os valores reconhecidos em ajustes de avaliação patrimonial no Patrimônio Líquido são assim demonstrados.

Patrimônio Líquido - Outros resultados abrangentes	31/03/2024	31/12/2023
Saldo do início do exercício	3.379	94.962
(Perdas) Ganhos atuariais	94.833	(120.298)
Retorno sobre os ativos do plano, excluindo juros	(29.864)	(36.975)
Saldo no final do período	68.348	(62.311)
Efeito do compartilhamento de risco	(35.389)	65.690
Saldo no final do período (com compartilhamento de risco)	32.959	3.379

(1) Variação do efeito do compartilhamento de risco nos períodos findos.

Os ativos do PBB, segregados por nível de mensuração, são os seguintes:

Ativos por categoria	31/03/2024				31/12/2023			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Fundos de investimento	8.724	1.559.064	54.000	1.621.788	8.743	1.592.164	54.711	1.655.618
Multimercado	-	1.559.064	-	1.559.064	-	1.592.164	-	1.592.164
Participações	-	-	54.000	54.000	-	-	54.711	54.711
Fundos imobiliários	8.724	-	-	8.724	8.743	-	-	8.743
Recursos a Receber - PRECATÓRIOS – OFND (1)	-	-	38.116	38.116	-	-	38.965	38.965
Imóveis (2)	-	-	104.994	104.994	-	-	102.387	102.387
Locados a terceiros	-	-	99.988	99.988	-	-	97.129	97.129
Locados aos Patrocinadores	-	-	5.006	5.006	-	-	5.258	5.258
Empréstimos e Financiamentos	-	-	53.750	53.750	-	-	55.165	55.165
Subtotal	8.724	1.559.064	250.860	1.818.648	8.743	1.592.164	251.228	1.852.135
Outros ativos (passivos) não avaliados a valor justo (3)	-	-	-	12.482	-	-	-	12.668
Outras deduções (4)	-	-	-	(28.599)	-	-	-	(38.351)
Total em 29/02/2024 e 30/11/2023	-	-	-	1.802.531	-	-	-	1.826.452
Atualização de data base (5)	-	-	-	2.653	-	-	-	4.440
Total	-	-	-	1.805.184	-	-	-	1.830.892

(1) Recursos a receber oriundos de acordo com a União, encerrando ação judicial coletiva movida pela Abrapp com início em 1991, reconhecendo o direito das entidades fechadas de previdência complementar em receber a correção monetária das aplicações em Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFNDs) realizadas nos anos 80.

(2) O valor justo dos imóveis ocupados e utilizados pela FAPES monta em R\$ 527 em 31 de março de 2024 (R\$ 698 em 31 de dezembro de 2023).

(3) Somatório das contas disponível + adiantamentos e depósitos judiciais + outros realizáveis.

(4) Somatório das contas exigível operacional + exigível contingencial + fundos.

(5) Projeção do valor justo dos ativos do plano de 29/02/2024 para 31/03/2024. Acréscimo da contribuição mensal média recebida, dedução do benefício mensal médio pago e rendimento do patrimônio pela Meta da Taxa Selic vigente em 31/03/2024.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2024
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Análise de sensibilidade

A tabela, a seguir, apresenta como a obrigação de benefício definido teria sido afetada, em 31 de março de 2024, pela mudança de cada premissa atuarial relevante, individualmente. Foi realizada a análise de sensibilidade para as premissas de taxa de desconto (0,5% a.a. e 1% a.a. na taxa adotada), crescimento salarial (1% a.a. na taxa vigente), tábuas de mortalidade (1 ano nas probabilidades de morte), utilizando o mesmo método e base de dados adotados no cálculo das obrigações.

Premissa Atuarial significativa	Valor do impacto sobre a obrigação atuarial	Variação % sobre a obrigação Atuarial
Taxa de desconto atuarial		
Aumento de 0,5% a.a.	(88.352)	-3,92%
Redução de 0,5% a.a.	94.947	4,21%
Taxa de desconto atuarial		
Aumento de 1% a.a.	(170.699)	-7,57%
Redução de 1% a.a.	197.150	8,74%
Tábua de mortalidade		
Aumento de 1 ano na idade	52.697	2,34%
Redução de 1 ano na idade	(54.168)	-2,40%
Taxa de crescimento salarial		
Aumento de 1% a.a.	248	0,01%
Redução de 1% a.a.	(240)	-0,01%

Contas a Pagar – FAPES

O passivo adicional refere-se a contratos de confissão de dívida celebrados com os patrocinadores, com prazo fixo de amortização, através de pagamentos mensais, totalizando treze parcelas a cada ano, calculadas pelo Sistema *Price* e com incidência de juros anuais correspondentes à taxa atuarial de 6% a.a. mais a taxa de custeio administrativo e atualização monetária, que ocorre nas mesmas épocas e proporções em que é concedido o reajuste ou modificação geral dos salários dos empregados dos patrocinadores. Portanto, a dívida contratada é reconhecida como um passivo adicional na apuração do passivo líquido.

O saldo dessas dívidas está assim representado:

	31/03/2024	31/12/2023
Contratos de 2002 ⁽¹⁾	237.049	234.201
Contratos de 2004 ⁽²⁾	21.990	21.732
Total	259.039	255.933

⁽¹⁾ Refere-se ao acordo entre as empresas do Sistema BNDES e seus empregados, envolvendo o reconhecimento da alteração da jornada de trabalho, em face da Lei n.º 10.556, de 13 de novembro de 2002, que resultou em um acréscimo de 16,67% nos salários de participação dos participantes, e impactou diretamente nas provisões matemáticas do plano de benefícios. Para cobertura parcial do acréscimo provocado naquelas provisões, no exercício de 2002, foram firmados contratos que preveem a amortização da dívida em 390 parcelas. O pagamento teve início em janeiro de 2003.

⁽²⁾ Refere-se à conversão dos valores das provisões matemáticas a constituir (em atendimento à recomendação do BACEN), que vinham sendo amortizadas mensalmente desde novembro de 1998, através de contribuições extraordinárias, em dívida reconhecida pelos patrocinadores, a vencer em novembro de 2018. O pagamento da primeira parcela foi efetuado em dezembro de 2004.

Por decisão cautelar do TCU - Tribunal de Contas da União (TC-029.845/2016-5), de 18/07/2017, encontram-se suspensos os pagamentos correspondentes aos CCD de 2002 e 2004. A FAPES impetrou mandado de segurança, no Supremo Tribunal, contra a decisão do relator do TCU, que foi denegado em decisão monocrática e posteriormente negado por unanimidade. Também iniciou cobrança judicial dos pagamentos suspensos a cargo da 29ª Vara Federal/RJ em 2022. Em 16 de agosto de 2023, por meio do Acórdão n. 1703/2023-TCU-Plenário, o Tribunal de Contas: (i) considerou irregulares os recursos pagos pelo BNDES no âmbito dos contratos de confissão de dívida celebrados em 2002 e 2004; (ii) determinou a suspensão definitiva dos pagamentos dos referidos contratos; e (iii) encaminhou a matéria para a adoção de procedimento de solução consensual, considerando a necessidade de se obter a devolução do maior montante possível dos recursos aportados, a possibilidade de contribuição adicional dos beneficiários e assistidos em limites suportáveis, e a sustentabilidade financeira do plano de benefícios. Em decorrência do Acórdão, foi aberto o processo TC 033.134/2023-5, em 12 de setembro de 2023, a fim de encaminhar solução consensual envolvendo a devolução dos valores dos contratos de confissão de dívida de 2002 e 2004, bem como dos valores referentes aos aportes de 2009/2010 (cujo acompanhamento de devolução consta do TC 011.488-2020-4). Desde o início do processo para solução consensual, houve apenas a decisão de admissibilidade da inclusão destes últimos valores de aportes na discussão do consenso, em outubro de 2023. Em 24/01/2024, foi iniciado o consenso junto ao TCU, no âmbito da SECEXConsenso. O prazo para conclusão das tratativas e celebração de acordo é de 90 dias, prorrogável por mais 30 dias.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2024
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Considerações adicionais

(a) Ação de cobrança da FAPES para custeio de eventos ocorridos no período de 1988 a 2009

A FAPES pleiteou junto aos Patrocinadores do PBB (empresas do Sistema BNDES) o reconhecimento de valores adicionais aos contratos existentes, em função de interpretação/reavaliação de cláusulas estabelecidas nestes contratos, e de eventos ocorridos no período de 1988 a 2009 que, em sua avaliação, requerem a recomposição histórica do custeio do plano.

Em 30/12/2014, a Administração do BNDES se manifestou em relação ao pleito, condicionando o reconhecimento do montante adicional da dívida à avaliação e aprovação da SEST, o que não veio a se confirmar. Em 26/07/2016, a SEST manifestou-se contrariamente ao pagamento dos valores pleiteados pela FAPES.

Em julho de 2016, a FAPES ingressou na Justiça Federal do Rio de Janeiro com uma ação de cobrança. Em 24/11/2016, a Diretoria da FAPES informou aos participantes e beneficiários assistidos que, a pedido dos Patrocinadores, o processo havia sido suspenso por 6 (seis) meses pelo Juízo da 29ª Vara Federal, para se discutir, de forma mais ampla, as diferentes questões que desafiam a sustentabilidade do PBB, administrado pela FAPES. Em maio de 2017, o prazo da suspensão foi renovado por mais um período de 6 (seis) meses. Em 31/01/2018, após decorrido o novo prazo de suspensão, o Sistema BNDES apresentou contestação. Em 03/05/2018, em provas, o BNDES requereu perícia atuarial e a FAPES requereu perícia econômico-financeira para comprovar os impactos causados no PBB, decorrentes dos atos dos réus. Na sequência, a Juíza se declarou impedida, o processo foi à livre distribuição, a Juíza da 23ª Vara entendeu que o processo também não era de sua competência, e, em 14/08/2018, foi suspenso até julgamento do conflito negativo de competência pelo TRF2. Julgado o conflito de competência e encaminhados os autos à 29ª Vara Federal do Rio de Janeiro. O BNDES concordou com ingresso da União no processo. Em 27/08/2020, a juíza titular da 29ª Vara Federal se declarou novamente impedida para processar e julgar o processo. A FAPES recorreu afirmando que já havia decisão sobre a questão do impedimento. Foi provido, por unanimidade, o recurso, devendo o feito ser remetido para a 30ª Vara Federal do Rio de Janeiro. Despacho proferido em 09/12/2021, determinando que a União Federal se manifeste sobre provas no processo. Manifestação da União concordando com a defesa dos Réus. O processo estava em fase de produção de prova pericial. Em 29/01/2024, o processo foi suspenso por 180 dias, tendo em vista as tratativas entre as partes para celebração de acordo no âmbito da SECEXConsenso.

O BNDES classificou o risco de perda na Justiça Federal do Rio de Janeiro como remota, e, por esta razão, o valor em litígio não foi provisionado.

(b) Plano de ação para devolução dos valores aportados no PBB em 2009 e 2010

O Tribunal de Contas da União, no processo TC-029.058/2014-7, determinou ao BNDES, no Acórdão 2.766/2015-Plenário, de 28/10/2015, que, no prazo de 90 (noventa) dias, apresentasse plano de ação com medidas para obter o ressarcimento, em valores atualizados, das importâncias repassadas à FAPES quando dos aportes unilaterais e sem a contribuição paritária dos beneficiários de R\$ 395.262 em junho de 2009, R\$ 11.479 em julho de 2010 e R\$ 40.924 em agosto de 2010, julgados indevidos em afronta ao § 3º do art. 202 da Constituição Federal e aos §§ 1º e 3º do art. 6º da Lei Complementar 108/2001, devendo o prazo de ressarcimento não ultrapassar o limite de 36 (trinta e seis) meses. Apreciados os pedidos de reconsideração e embargos de declaração, a decisão foi, ao final, mantida pelo TCU. Em 07/06/2018, depois de obter regular prorrogação daquele prazo, o BNDES apresentou a última versão de seu plano de ação à deliberação do TCU, homologada somente em fevereiro de 2019. Com vistas a cumprir a decisão do TCU, o BNDES, na qualidade de controlador, expediu Carta datada de 08/04/2019, comunicando a decisão do TCU.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2024
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 2019, a FAPES ingressou com ação, pelo rito comum, em face da União e do BNDES, com o objetivo de anular a decisão do TCU que havia determinado a devolução dos aportes unilaterais realizados no PBB em 2009 e 2010. O BNDES apresentou contestação e apresentou reconvenção com a finalidade de cobrar os referidos valores. Em 22/08/2019 ocorreu audiência de conciliação sem acordo entre as partes, sendo determinado o prosseguimento da ação. Ato contínuo, a FAPES apresentou defesa contra os pedidos de restituição dos aportes. Em 28/10/2022, foi proferida sentença de primeira instância tendo sido rejeitado o pedido da ação proposta pela FAPES contra o BNDES e União e acolhido o pedido do BNDES e União para condenar a FAPES na devolução de todos os 3 (três) aportes unilateralmente perpetrados pelo BNDES, BNDESPAR e a FINAME, no valor de R\$ 395,2 milhões (junho de 2009), R\$ 11,5 milhões (julho de 2010), e R\$ 40,9 milhões (agosto de 2010), de forma proporcional ao que foi desembolsado por cada empresa, corrigidos da data de sua realização até o efetivo pagamento pela rentabilidade da reconvida (FAPES). Em 14/11/2022, a FAPES interpôs recurso de Embargos de Declaração. Embargos de Declaração não acolhidos. Em 27/02/2023, sentença confirmada em instância. Em 30/03/2023, FAPES interpôs recurso de apelação. BNDES/FINAME/BNDESPAR apresentaram contrarrazões. Em 15/06/2023, os autos foram remetidos à segunda instância (TRF2). Em 10/08/2023, manifestação do MPF (Parecer) pelo conhecimento e não provimento da apelação da FAPES. Em 12/01/2024, as partes peticionaram em conjunto requerendo a suspensão do feito, tendo em vista suas tratativas para celebração de acordo no âmbito da SECEXConsenso. Aguardando despacho sobre o pedido de suspensão.

Não obstante o movimento de cobrança efetuado, tais devoluções estão sendo tratadas como ativo contingente, sendo assim, não contabilizado.

13.1.2. Plano de Assistência e Saúde – PAS

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial como obrigações de benefício pós-emprego são os seguintes:

	31/03/2024	31/12/2023
Valor presente das obrigações não fundeadas	484.423	456.746
Passivo líquido	484.423	456.746

A movimentação no saldo da obrigação é demonstrada a seguir:

	31/03/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	456.746	402.780
Custo do serviço corrente	293	1.399
Custo dos juros da obrigação	9.897	44.050
Benefícios pagos	(9.771)	(32.439)
Perdas (Ganhos) atuariais	27.258	40.956
Mudança de premissas (taxa de desconto)	(16.173)	32.960
Ajuste de experiência	43.431	78.988
Mudança de premissas de custos (VCMH) ⁽¹⁾	-	(70.992)
Valor presente no final do período	484.423	456.746

⁽¹⁾ Em dezembro de 2023, foi alterada a metodologia de cálculo da VCMH, a qual passou de 5% ao ano para uma metodologia própria que utiliza informações dos dados históricos das despesas do Plano de Assistência à Saúde (PAS) de 8 anos, correspondente aos anos civis de 2015 a 2022, cujo resultado em 31/12/2023 correspondeu a 3,66% ao ano.

As hipóteses atuariais e econômicas estão sendo demonstradas na Nota Explicativa n.º 13.1.3.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2024
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Impacto no resultado e Patrimônio Líquido

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

Resultado	31/03/2024	31/03/2023
Custo do serviço corrente	(293)	(337)
Custo dos juros da obrigação	(9.897)	(9.576)
Subtotal	(10.190)	(9.913)
Benefícios pagos (corrente)	9.771	8.057
Total	(419)	(1.856)

Os valores reconhecidos em Ajustes de Avaliação Patrimonial são assim demonstrados:

Patrimônio Líquido - Outros resultados abrangentes	31/03/2024	31/12/2023
Saldo do início do exercício	(124.829)	(83.873)
(Perdas) Ganhos atuariais	(27.258)	(40.956)
Saldo no final do período	(152.087)	(124.829)

As contribuições esperadas da BNDESPAR com o benefício pós-emprego de assistência à saúde para os próximos 12 meses serão aproximadamente de R\$ 30.547.

A duração média da obrigação atuarial é de 20,35 anos em 31 de março de 2024 (20,60 anos em 31 de dezembro de 2023).

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar pela BNDESPAR na data-base de 31 de março de 2024 para os próximos anos:

PAS	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
BNDESPAR	30.547	31.362	32.277	66.267	173.919	731.882	1.066.254

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar pela BNDESPAR na data-base de 31 de dezembro de 2023 para os próximos anos:

PAS	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
BNDESPAR	28.695	29.545	30.093	61.901	161.225	639.725	951.184

Análise de sensibilidade

A tabela a seguir apresenta como a obrigação teria sido afetada pela mudança de cada premissa atuarial relevante, individualmente. Foi realizada a análise de sensibilidade para as premissas de taxa de desconto (0,5% a.a. e 1% a.a. na taxa adotada), tábuas de mortalidade (1 ano nas probabilidades de morte) e custos médicos (1% a.a. na taxa adotada), utilizando o mesmo método e base de dados adotados no cálculo das obrigações.

Premissa Atuarial significativa	Valor do impacto sobre a obrigação atuarial	Variação % sobre a obrigação atuarial
Taxa de desconto atuarial		
Aumento de 0,5% a.a.	(249.304)	-7,84%
Redução de 0,5% a.a.	284.210	8,93%
Taxa de desconto atuarial		
Aumento de 1% a.a.	(468.890)	-14,74%
Redução de 1% a.a.	609.593	19,16%
Tábua de mortalidade		
Aumento de 1 ano na idade	98.436	3,09%
Redução de 1 ano na idade	(98.893)	-3,11%
Taxa de aumento dos custos médicos		
Aumento de 1% a.a.	617.327	19,40%
Redução de 1% a.a.	(481.538)	-15,14%

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2024
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

13.1.3. Hipóteses atuariais e econômicas

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, entre outros. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação. Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

	31/03/2024	31/12/2023
Benefícios considerados	Todos os benefícios regulamentares	Todos os benefícios regulamentares
Método de avaliação atuarial	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
Tábua de mortalidade de válidos	AT 2012 – Basic	AT 2012 – Basic
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49 Masculina	AT 49 Masculina
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas desagravada em 60%	Álvaro Vindas desagravada em 60%
Taxa real de crescimento salarial futuro		
Grupo Técnico	3,08% a.a.	3,08% a.a.
Grupo Apoio	2,92% a.a.	2,92% a.a.
Taxa nominal de crescimento salarial futuro		
Grupo Técnico	6,69% a.a.	6,61% a.a.
Grupo Apoio	6,52% a.a.	6,44% a.a.
Taxa de desconto nominal	9,52% a.a.	9,11% a.a.
Taxa de inflação	3,50% a.a.	3,42% a.a.
Retorno esperado sobre os ativos do plano de aposentadoria complementar	9,52% a.a.	9,11% a.a.
Taxa real de tendência dos custos médicos	3,66% a.a.	3,66% a.a.
Taxa nominal de tendência dos custos médicos	7,29% a.a.	7,21% a.a.

Para a data-base de 31/03/2024, a taxa real utilizada para descontar a valor presente as obrigações de benefícios pós-emprego do PBB foi de 5,82% a.a., correspondente à taxa indicativa da Estrutura a Termo da Taxa de Juros dos títulos públicos indexados ao IPCA (ETTJ IPCA), do dia 20/03/2024, divulgada pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima), correspondente ao vértice de 3.906 dias úteis (15,5 anos), o mais próximo da contagem da duração média do plano, considerada na avaliação atuarial. O mesmo vértice registrou taxa de 5,86% a.a. em 28/03/2024, representando aumento de 0,04 pontos percentuais em relação à taxa de desconto utilizada.

Em 31/12/2023, a taxa real utilizada para descontar a valor presente as obrigações de benefícios pós-emprego do PBB foi de 5,50% a.a., correspondente à taxa indicativa da ETTJ IPCA do dia 20/12/2023, divulgada pela Anbima, correspondente ao vértice de 4.158 dias úteis (16,5 anos), o mais próximo da contagem da duração média do plano, considerada na avaliação atuarial anterior. O mesmo vértice registrou taxa de 5,43% a.a. em 29/12/2023, representando redução de 0,07 pontos percentuais em relação à taxa de desconto utilizada.

13.1.4. Processos Judiciais e Contingências da FAPES

		31/03/2024		31/12/2023	
		PBB	PAS	PBB	PAS
Classificação: Provável	Valor	22.070	105	20.631	100
	Quantidade	17	6	19	6
Classificação: Possível	Valor	27.285	348	27.238	320
	Quantidade	51	11	57	7

Os processos considerados como de perdas prováveis estão registrados no exigível contingencial da FAPES. Esses processos totalizam R\$ 22.070 no PBB e referem-se a pedidos de incorporação de gratificação e recálculo de horas-extras; recebimento de desconto a título de pensão na complementação de participante falecido; pleito de complementação de pensão por morte e reclamação trabalhista. No PAS, os processos totalizam R\$ 105 e referem-se à solicitação de inclusão de dependente no plano de saúde, serviços de *Homecare* e reembolso por exames realizados.

Para as perdas possíveis, a FAPES não realiza constituição de provisão, mas sim a divulgação em nota explicativa. Esses processos totalizam R\$ 27.285 no PBB e referem-se a assuntos diversos, em sua maioria, relacionados ao Regulamento, especialmente à interpretação de artigos e pedidos de majoração da complementação de aposentadoria. No PAS, correspondem a R\$ 348 e se referem à solicitação de inclusão de dependente no plano de saúde, indenizações e Inadimplência contratual.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2024
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

13.2. Outros benefícios concedidos aos empregados

A BNDESPAR concede aos seus empregados ativos os seguintes benefícios, reconhecidos no resultado:

	31/03/2024	31/03/2023
Vale transporte	7	4,00
Vale-refeição	8.548	7.104
Assistência educacional	3.768	3.092
Total	12.323	10.200

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

14.1. Capital social

Em 31 de março de 2024 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 34.459.315, e está representado por 1.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencentes ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Em 28 de abril de 2023, a BNDESPAR, em sua 5ª Assembleia Geral Ordinária deliberou sobre o aumento do capital social da Companhia, pela reversão da Reserva para futuro aumento de capital em sua totalidade, no montante de R\$ 14.114.811, sem emissão de novas ações.

O capital social da BNDESPAR poderá ser aumentado, após aprovação pela Assembleia Geral, até o limite do capital autorizado previsto no Estatuto da BNDESPAR, no montante de R\$ 100 bilhões, sem a emissão de novas ações.

14.2. Ajustes de avaliação patrimonial

	31/03/2024	31/12/2023
Ajuste – acumulado de conversão – reflexo de coligada	484.374	502.321
Ajuste – outros resultados abrangentes – reflexo de coligada	(176.334)	(183.043)
Ajuste – outros resultados abrangentes – próprios – passivo atuarial, líquido de efeitos tributários (Notas Explicativas n.º 10.2 e 12.3)	(103.187)	(99.216)
Mensuração a valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	22.807.169	24.148.132
De títulos próprios	22.807.169	24.148.132
Total	23.012.022	24.368.194

14.3. Lucro líquido ajustado pelos ganhos na realização de instrumentos patrimoniais

Apresenta-se a seguir o lucro líquido do período ajustado pela realização de instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):

	31/03/2024	31/03/2023
Lucro líquido do período	1.108.829	2.323.870
Ganho pela realização de instrumentos patrimoniais (CPC 48) ⁽¹⁾	20.898	17.475
Resultado realizado no período	1.129.727	2.341.345

⁽¹⁾ Valor transferido de Outros Resultados Abrangentes para Lucros Acumulados.

14.4. Pagamento de dividendos

Nos primeiros trimestres de 2023 e 2024, a BNDESPAR não pagou dividendos. As destinações dos resultados dos exercícios de 2022 e 2023 foram aprovadas em Assembleia Geral realizadas nos meses de abril de 2023 e abril de 2024, respectivamente.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2024
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

15. GESTÃO DE RISCOS

O gerenciamento de riscos das empresas do Sistema BNDES é um processo evolutivo. Os trabalhos são desenvolvidos de modo a promover o contínuo aprimoramento das políticas, processos, critérios e metodologias de gestão de riscos e de controle interno.

A estrutura de gerenciamento desses temas no Sistema BNDES é composta pelo Conselho de Administração; Comitê de Auditoria, Comitê de Riscos; Diretoria Executiva; *Chief Risk Officer*; Comitê de Gestão de Riscos, Subcomitê de Gestão de Risco de Modelos, Comitê de Segurança da Informação, Comitê e Subcomitê de Contingência; além de unidades dedicadas ao gerenciamento de riscos e de controle interno.

A Política de Gerenciamento de Riscos da BNDESPAR encontra-se na Nota Explicativa nº 19.13.

Risco Operacional

Exposição a risco operacional

O Sistema BNDES utiliza atualmente a Abordagem do Indicador Básico como a metodologia de cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco referente ao risco operacional (RWA_{OPAD}), conforme procedimentos estabelecidos na Circular BACEN n.º 3.640/2013.

Risco de Mercado

Exposição a risco de mercado

Apresentamos a seguir quadro comparativo contendo as exposições a risco de taxas de juros, risco de câmbio e risco de preços, para 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023:

Grupo de Risco	Instrumento Financeiro / Fator de Risco	Exposição em 31/03/2024	Exposição em 31/12/2023
Operações de renda fixa			
Juros	Selic / DI	15.292.582	13.800.805
Juros	TJLP	515.891	506.743
Juros	IPCA	(1.305.248)	(1.276.296)
Juros	TR	(141.321)	(138.006)
Câmbio	Moeda Estrangeira	93.081	90.195
Operações de renda variável			
Preços	Ações	62.938.680	65.062.209
Preços	Bônus de Subscrição	1.346	910
Preços	Cotas de Fundos de Investimento	3.580.965	3.247.840

Indicador de risco de mercado

O BNDES monitora e controla diariamente o risco de mercado de operações da BNDESPAR, em conjunto com as demais empresas do Sistema BNDES. Um das métricas utilizadas nesse monitoramento e controle é um VaR Paramétrico com volatilidade EWMA (volatilidade definida por uma média móvel em que as últimas observações têm peso maior que as anteriores), fator de decaimento de 0,92, confiança de 99% e *holding period* de 1 dia útil.

Os valores para 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023, segregados por fator de risco Juros, Câmbio e Ações, são apresentados na tabela abaixo.

Fatores de risco	31/03/2024	31/12/2023
Juros	1.181	1.660
Ações	1.833.140	1.440.647
Cambial	705	1.188
Efeito Diversificação	(1.525)	(2.173)
VaR total	1.833.501	1.441.322

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2024
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Risco de Liquidez

O Sistema BNDES realiza a gestão de risco de liquidez de forma agregada, não o fazendo de forma individualizada por empresa.

Para a BNDESPAR, seu financiamento é constituído basicamente por capital investido por seu controlador, o BNDES. Desta forma, a gestão do risco de liquidez não é um ponto relevante na estrutura de gerenciamento de riscos da BNDESPAR.

Risco de Crédito

A exposição ao risco de crédito total, sem a aplicação de mitigadores de risco ou provisões para risco de crédito, passou de R\$ 79.496.878, em 31 de dezembro de 2023, para R\$ 78.672.879, em 31 de março de 2024. Destacou-se uma redução de R\$ 2.043.063 dos ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de ORA, compensado pelo aumento de R\$ 1.502.427 no valor das aplicações interfinanceiras de liquidez.

	31/03/2024	31/12/2023
Ativos Financeiros		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	8.368.701	6.866.274
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de ORA		
Títulos e valores mobiliários	65.088.778	67.131.842
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do Resultado		
Títulos e valores mobiliários	1.430.867	1.411.869
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Títulos e valores mobiliários	891.256	886.145
Outros Ativos Financeiros	2.893.276	3.200.748
Off Balance		
Saldos a Liberar	-	-
Total	78.672.878	79.496.878

16. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

No primeiro trimestre de 2024 e 2023 não houve atividades relevantes não envolvendo caixa.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2024
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

17. EVENTOS SUBSEQUENTES

Remuneração da Petrobras

Em comunicados divulgados nos dias 25 de abril e 2 de maio de 2024, a Petrobras informou que a Assembleia Geral Ordinária (AGO) aprovou a remuneração aos acionistas relativa ao exercício social de 2023. O que inclui as antecipações aprovadas ao longo de 2023 e pagas até março de 2024 mais a proposta de dividendos complementares.

Considerando a atualização monetária pela taxa SELIC de 31/12/2023 até 02/05/2024, o valor total bruto a ser distribuído, considerando a atualização monetária, é equivalente a R\$ 2,89778164 por ação e será pago em duas parcelas:

(i) primeira parcela, no valor de R\$ 1,44889082, será paga em 20 de maio de 2024 na seguinte forma: (a) Política de Remuneração aos Acionistas de R\$ 0,56890230; e (b) dividendos extraordinários de R\$ 0,87998852; e

(ii) segunda parcela, no valor de R\$ 1,44889082, será paga em 20 de junho de 2024 na seguinte forma: (a) Política de Remuneração aos Acionistas de R\$ 0,56890230; e (b) dividendos extraordinários de R\$ 0,87998852.

Os pagamentos dos dividendos complementares terão datas de corte distintas, conforme abaixo:

- a. dividendos referentes à Política de Remuneração aos Acionistas: a data de corte é o dia 25 de abril de 2024 e as ações serão negociadas ex-direitos a partir de 26 de abril de 2024; e
- b. dividendos extraordinários: a data de corte é o dia 02 de maio de 2024 e as ações serão negociadas ex-direitos a partir de 03 de maio de 2024.

Dessa forma, considerando as quantidades de ações detidas pela BNDESPAR em 31 de março de 2024, estima-se que o montante bruto de dividendos e atualização monetária pela taxa SELIC será de R\$ 2.608.614.

Os valores dos dividendos complementares referentes à primeira e segunda parcela oriundos da Política de Remuneração aos Acionistas foram reconhecidos no resultado em março de 2024, vide Nota Explicativa n.º 5.1.2. Já os valores referentes aos dividendos complementares foram reconhecidos no resultado em abril de 2024.

18. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A BNDESPAR

Objetivos e atuação

A BNDESPAR é uma sociedade por ações, constituída como subsidiária integral do BNDES e tem por objetivo, conforme seu Estatuto Social, o desenvolvimento econômico e social por meio do fomento ao mercado de capitais, bem como o incentivo e o apoio a operações abrangidas por seu objeto social, que inclui: capitalização e/ou desenvolvimento de sociedades, observados os planos e políticas do BNDES; apoio a instrumentos e sociedades com o objetivo de gerar impacto socioambiental e resultado financeiro positivos de forma sustentável; acréscimo de oferta de valores mobiliários e democratização da propriedade do capital de empresas; administração e gestão de carteira de valores mobiliários proprietária e do Fundo Nacional de Desestatização -FND por força de lei; estruturação de soluções financeiras e de processos de Desestatização e de Parceria Público-Privada de iniciativa da União e demais Entes da Federação; e prestação de consultoria especializada a administradores e gestores de fundos de investimento em direitos creditórios, em suas atividades de análise e seleção de direitos creditórios para integrarem a carteira dos respectivos fundos.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2024
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

19. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas pela BNDESPAR são aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

A seguir são apresentadas as práticas contábeis e estimativas gerais significativas consideradas pela Administração da BNDESPAR.

19.1. Conversão de saldos em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base na moeda funcional, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual a BNDESPAR opera.

(b) Transações e saldos

Transações em moeda estrangeira são contabilizadas, no seu reconhecimento inicial, na moeda funcional, aplicando-se a taxa de câmbio à vista da moeda estrangeira na data da transação.

As variações cambiais que surgem quando da liquidação de saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira por taxas cambiais de fechamento são reconhecidas como ganho ou perda na demonstração do resultado.

19.2. Reconhecimento de Receita

(a) Receitas e despesas de juros

Receitas e despesas de juros para todos os instrumentos financeiros com incidência de juros são reconhecidas dentro de "receitas de operações financeiras" e "despesas de operações financeiras" na demonstração do resultado, usando o método da taxa efetiva de juros, exceto aqueles mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(b) Receita de honorários e comissões

Receita de honorários e demais comissões é geralmente reconhecida conforme o regime contábil de competência no período em que os serviços são prestados.

Entretanto, as receitas de comissões de estudos de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, são caracterizadas como receitas de originação e, assim, são acrescidas ao valor justo inicial e apropriadas ao resultado pelo método da taxa efetiva de juros, sendo reconhecidas nas respectivas contas de receitas e despesas de juros, conforme aplicável.

(c) Receita de dividendos

A receita de dividendos de instrumentos patrimoniais designados como mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes é reconhecida na demonstração do resultado quando o direito de seu recebimento é estabelecido.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2024
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

19.3. Estimativas contábeis gerais

A preparação de informações financeiras requer o uso de estimativas e suposições sobre condições futuras. O uso da informação disponível e a aplicação do julgamento são inerentes à formação de expectativas. Os resultados reais no futuro podem diferir dos relatados.

A Administração da BNDESPAR entende que foram feitos todos os ajustes considerados necessários para uma boa apresentação do balanço patrimonial, da demonstração do resultado e dos fluxos de caixa para o período apresentado.

Os ativos e passivos sujeitos a estas estimativas incluem notadamente:

	Nota Explicativa
Valor justo de ativos e passivos financeiros	n.º 3
Provisão para redução no valor recuperável	n.º 8
Provisão para perdas em participações em coligadas	n.º 9.5
Provisão para impostos e contribuições e realização de créditos tributários	n.º 10
Provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	n.º 11
Benefícios a empregados	n.º 13

19.4. Instrumentos financeiros

19.4.1. Ativos financeiros

19.4.1.1. Reconhecimento e mensuração inicial

Os Ativos financeiros são reconhecidos quando a BNDESPAR se torna parte ativa das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros são registrados inicialmente mensurados ao valor justo, acrescidos dos custos de transação e das receitas de originação para os ativos financeiros classificados nas categorias “custo amortizado” e “valor justo por meio de outros resultados abrangentes”.

19.4.1.2. Classificação e mensuração subsequente

Os ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA), ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado (VJDRE), baseado no modelo de negócios da BNDESPAR e nas características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos.

Avaliação do modelo de negócios

A BNDESPAR determina seus modelos de negócios para os seus ativos financeiros no nível que melhor reflete a forma como os portfólios de ativos financeiros são administrados para atingir os objetivos de negócios.

O modelo de negócios reflete como a BNDESPAR administra seus ativos financeiros e até que ponto os fluxos de caixa dos ativos financeiros são gerados pela captação dos fluxos de caixa contratuais, pela venda dos ativos financeiros ou por ambos, utilizando-se de cenários esperados de ocorrência.

Resumidamente, os modelos de negócios da BNDESPAR se dividem em quatro categorias, indicativas das principais estratégias usadas para gerar retornos:

- **Modelo de Negócio 1: Manter para coletar somente fluxos de caixa contratuais** - Ativos financeiros que apresentam como característica a coleta de fluxos de caixa contratuais, compostos somente de principal e juros, e cujo objetivo é o de carregar esse instrumento até o seu vencimento. As vendas são incidentais a este objetivo e espera-se que sejam insignificantes ou pouco frequentes.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2024
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

- **Modelo de Negócio 2: Manter tanto para coletar os fluxos de caixa contratuais quanto para vender** – Ativos financeiros que apresentam como característica a coleta de fluxos de caixa contratuais de principal e juros e a venda destes ativos, e cujo objetivo é o de vendê-los antes do seu vencimento.
- **Modelo de Negócio 3: Demais Modelos de Negócio para os instrumentos de Renda Fixa** – Ativos financeiros de renda fixa que não se enquadram nem no Modelo 1 nem no Modelo 2.
- **Modelo de Negócio 4: Demais Modelos de Negócio para os instrumentos de Renda Variável** – Ativos financeiros de renda fixa com derivativos embutidos e investimentos em instrumentos patrimoniais sem influência significativa (ações e fundos de investimentos em renda variável).

Opção de designação

A BNDESPAR não designou ao valor justo por meio do resultado qualquer de seus instrumentos financeiros.

Para os investimentos em instrumentos de patrimônio (participações em empresas não coligadas e em fundos de investimentos em renda variável) que não sejam mantidos para negociação, a BNDESPAR efetuou uma escolha irrevogável no reconhecimento inicial de apresentar as mudanças subsequentes no valor justo desses ativos em outros resultados abrangentes.

Características contratuais do fluxo de caixa

Os instrumentos de renda fixa da BNDESPAR enquadrados nos modelos de negócios 1 e 2 são avaliados com o objetivo de determinar se os fluxos de caixa contratuais associados a esses instrumentos são compostos apenas de pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto de modo consistente com um acordo de empréstimo básico.

O principal é geralmente o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e inclui restituições ao longo do tempo.

Os juros incluem, além do valor temporal do dinheiro, a compensação pelo risco de crédito e outros riscos e custos básicos de empréstimo, bem como margem de lucro.

Quando os termos contratuais de determinados ativos introduzirem exposição aos riscos ou variabilidade de fluxos de caixa que não sejam consistentes com um acordo de empréstimo básico, a BNDESPAR classificará esses instrumentos como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(a) Ativos financeiros ao Custo Amortizado

Os ativos financeiros enquadrados nessa categoria são subsequentemente mensurados ao valor de custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos e são apresentados líquidos da provisão para perdas de créditos.

Ao calcular a taxa efetiva de juros, a BNDESPAR aplica ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por:

- ativos financeiros adquiridos ou originados com problemas de recuperação de crédito, para os quais a BNDESPAR aplica a taxa de juros efetiva ajustada do ativo financeiro, desde o reconhecimento inicial;
- ativos financeiros que não são adquiridos ou originados com problemas de recuperação de crédito, mas posteriormente apresentaram evento de inadimplência (ou “estágio 3”), para os quais a BNDESPAR aplica a taxa de juros efetiva ao custo amortizado líquido da provisão, em períodos de relatório subsequentes.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2024
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ativos classificados e mensurados ao custo amortizado compreendem, principalmente, as operações compromissadas, vendas a prazo de títulos e valores mobiliários, direitos recebíveis e debêntures simples de emissão privada. Tais instrumentos representam apoio financeiro e são classificadas, de acordo com o julgamento da Administração, quanto ao nível de risco, considerando-se a conjuntura econômica, experiências passadas e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores.

(b) Ativos financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)

Os ativos financeiros de renda fixa incluídos nessa categoria são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e os ganhos e as perdas não realizados, oriundos de mudanças no valor justo, são acumulados na conta "Ajuste de avaliação patrimonial", líquidos dos efeitos tributários.

As perdas de créditos, os juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos diretamente no resultado. Quando o investimento é alienado, o ganho ou a perda acumulada anteriormente no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado.

Em 31 de março de 2024, a BNDESPAR não detém ativos de renda fixa nesta categoria.

Para os investimentos em instrumentos de patrimônio sem influência significativa e que não sejam mantidos para negociação, cuja designação para essa categoria foi adotada pela BNDESPAR, a mensuração subsequente foi realizada ao valor justo com os ganhos e perdas oriundos de mudanças no valor justo desses instrumentos reconhecidos em outros resultados abrangentes, na conta "Ajuste de avaliação patrimonial", líquidos dos efeitos tributários. Quando o investimento é alienado, o ganho ou a perda acumulada será transferido dentro do Patrimônio Líquido, da rubrica "Outros Resultados Abrangentes" para "Lucros ou Prejuízos Acumulados".

(c) Ativos financeiros ao Valor Justo através do Resultado (VJDRE)

Nesta categoria são registrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes reconhecidas no resultado.

Os principais ativos compreendem:

- Operações compromissadas com possibilidade de resgate antecipado;
- Derivativos de juros, moeda e isolados de renda variável;
- Determinados investimentos em fundos de investimentos de renda fixa e variável; e
- Debêntures de renda variável (híbridas) de emissão pública e privada, com derivativos embutidos.

19.4.1.3. Valor justo dos ativos financeiros

Ao determinar e divulgar o valor justo dos ativos financeiros a BNDESPAR utiliza a hierarquia a seguir:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, que se possa ter acesso na data da mensuração. O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é seu preço de mercado, cotado na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se as transações ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua;

Nível 2 – Técnicas de avaliação para as quais as informações (*inputs*) significativas são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no nível 1; e

Nível 3 – Técnicas de avaliação para as quais qualquer input significativo não se baseia em dados de mercado observáveis.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2024
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

A necessidade de reclassificação entre os níveis da hierarquia de valor justo é verificada no encerramento de cada trimestre, ocasião na qual é verificado o nível de liquidez dos ativos financeiros, a disponibilidade de informações observáveis e, no caso dos ativos cuja precificação envolva informações (inputs) observáveis e não observáveis, a significância dos inputs não observáveis (análise de sensibilidade). Para determinar o nível de liquidez dos ativos são considerados o volume financeiro médio de negociações e a frequência das negociações nos pregões mais recentes.

As estimativas de Valor Justo de Instrumentos Financeiros seguem uma governança estabelecida por normativos internos aderentes à Resolução CMN n.º 4.277/2013, e atualizações posteriores, e resultam da aplicação de métodos de cálculo aprovados em Comitês específicos e documentados em formato de manual com processo contínuo de revisão. De forma geral, as técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem preços de mercado ou cotações de instituições financeiras/corretoras para instrumentos similares, fluxo de caixa descontado, *Black-Scholes-Merton*, Árvore Binomial e Simulação de Monte Carlo.

O valor justo dos instrumentos financeiros classificados como nível 3 é mensurado por meio de modelos amplamente conhecidos, como *Black-Scholes-Merton*, e também por modelos desenvolvidos e/ou adaptados internamente, como fluxo de caixa descontado (*Valuation/DCF*) e Múltiplos.

Os principais dados não observáveis utilizados na mensuração de valor justo dos instrumentos financeiros classificados como nível 3 são:

- Derivativos avaliadas pelo modelo *Black-Scholes-Merton*: volatilidade de longo prazo;
- Ações avaliadas por múltiplos: demonstrações financeiras e seleção de indicadores relevantes e empresas pares do setor/subsetor/segmento;
- Ações avaliadas por fluxo de caixa descontado (*Valuation/DCF*): informações financeiras e operacionais das empresas avaliadas, projeções elaboradas internamente e pelas empresas avaliadas, curvas de *spread* de risco de crédito, volatilidades históricas para série de retornos de ações e estimativas elaboradas sobre fluxo de receitas de empresa; e
- Debêntures: curvas de *spread* de risco de crédito.

Para fins de cálculo da sensibilidade apresentada na nota 3.2.3., são adotadas as seguintes técnicas:

- Derivativos avaliadas pelo modelo *Black-Scholes-Merton*: recálculo dos preços dos ativos alterando o parâmetro volatilidade de longo prazo e mantendo os demais parâmetros de cálculo (*inputs* de nível 2) inalterados; e
- Ações e Fundos sem liquidez: choque linear nos preços dos ativos.

No primeiro trimestre de 2024, não houve revisão metodológica na mensuração de valor justo de instrumentos financeiros. Ao longo do exercício de 2023, ocorreram as seguintes revisões:

- revisão nos critérios de aplicação de múltiplos na avaliação de ações por metodologia de múltiplos, sem impacto significativo na mensuração para a BNDESPAR; e
- nova metodologia de apuração de curvas de *spread* de risco de crédito, que passou a utilizar como insumo base de perdas do Sistema BNDES para alguns casos. Esta alteração metodológica não implicou em impacto significativo na mensuração de posições da BNDESPAR.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2024
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

19.4.1.4. Reclassificações de ativos financeiros

Um ativo financeiro que não seja um instrumento financeiro derivativo ou um ativo financeiro que no reconhecimento inicial foi designado mensurado a valor justo por meio do resultado ou designado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, é reclassificado somente quando há mudança no modelo de negócios utilizado para gerenciar o ativo financeiro. A reclassificação de todos os ativos financeiros afetados pela mudança será aplicada prospectivamente a partir da data de reclassificação.

No trimestre findo em 31 de março de 2024 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não houve reclassificação de ativos financeiros.

19.4.1.5. Baixa

Ativos financeiros são baixados somente quando os direitos contratuais sobre o recebimento dos fluxos de caixa se expiram, ou quando a BNDESPAR transfere os direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo financeiro.

19.4.2. Passivos financeiros

19.4.2.1. Reconhecimento e mensuração inicial

Os passivos financeiros são reconhecidos quando a BNDESPAR se torna parte passiva das disposições contratuais do instrumento.

Os passivos financeiros classificados na categoria “custo amortizado” são inicialmente registrados ao valor justo, acrescidos/deduzidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua emissão e de prêmios e descontos.

19.4.2.2. Classificação e mensuração

Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

A BNDESPAR somente possui passivos financeiros classificados na categoria “custo amortizado”, que inclui: dividendos a pagar.

19.4.2.3. Baixa

Passivos financeiros são baixados quando suas obrigações são eliminadas, canceladas ou extintas.

19.4.3. Apresentação de instrumentos financeiros pela posição líquida entre ativos e passivos

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido somente quando a BNDESPAR tem o direito legal e a intenção de compensar valores ativos com valores passivos e liquidar estes ativos e passivos por diferença ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

19.4.4. Derivativos

A BNDESPAR, quando aplicável, utiliza derivativos com intuito de proteção, visando à adequação de sua composição de ativos e passivos financeiros, ao gerenciamento do perfil de produtos e ao atendimento de quaisquer outras finalidades alinhadas a seus objetivos institucionais, buscando-se a eficiência na gestão financeira. Não são utilizados derivativos para tomar posições de caráter especulativo, que gerem intencionalmente posições descobertas vinculadas a apostas direcionais.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2024
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

A estratégia de proteção consiste em compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes da exposição às variações no valor justo ou de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo ou passivo financeiro.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data da contratação e são posteriormente mensurados pelo valor justo no final de cada período de relatório. Eventuais ganhos e perdas são reconhecidos imediatamente no resultado.

Um derivativo com valor justo positivo é reconhecido como ativo, enquanto um derivativo com valor justo negativo é reconhecido no passivo. Um derivativo é apresentado como ativo ou passivo não corrente se o prazo de vencimento remanescente do instrumento for superior a 12 meses e não se espera que seja realizado ou liquidado em um período mais curto.

Adicionalmente, a BNDESPAR utiliza instrumentos financeiros que se enquadram na definição de derivativos embutidos, como parte de algumas operações de renda variável. Tais derivativos, por exemplo, opções de conversão/permuta de debêntures em ações, encontram-se embutidos em instrumentos jurídicos ligados à carteira de títulos e valores mobiliários.

19.5. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A BNDESPAR aplica na abordagem para redução ao valor recuperável baseada no modelo de três estágios conforme o aumento significativo de risco de crédito. Tal abordagem é aplicada aos instrumentos de renda fixa inseridos nas categorias custo amortizado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes, os compromissos de crédito e as garantias financeiras, quando emitidas.

Para a aplicação dessa abordagem, a BNDESPAR se baseia em informações razoáveis e suportáveis sobre eventos passados, condições atuais, previsões de eventos futuros e de condições econômicas e, dessa forma, determinar se houve aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial de seus instrumentos.

Determinação dos estágios e definição de inadimplência

A abordagem de estágios da provisão para perdas de créditos é baseada na mudança na qualidade de crédito dos ativos financeiros da BNDESPAR desde o reconhecimento inicial.

Sendo assim, todas as operações são inicialmente classificadas no **Estágio 1**, e permanecem nesta situação enquanto não houver aumento significativo de risco de crédito. Para ativos classificados neste estágio, a provisão para perdas de crédito é calculada para um montante igual a perdas de crédito esperadas para 12 meses.

Caso haja aumento significativo de risco de crédito, na data da avaliação, os ativos serão migrados do Estágio 1 para o **Estágio 2**, e para isso, A BNDESPAR utilizará dois critérios:

a) *Downgrades* significativos no *rating* atribuído à operação, comparado ao do momento da concessão (desde que não continue sendo considerado como baixo risco de crédito); e

b) Operação com pagamentos vencidos há mais de 30 dias.

Para ativos classificados neste estágio, a provisão para perdas de crédito é calculada de acordo com um montante igual às perdas de crédito esperadas durante a vida útil do contrato.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2024
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Quando um ou mais eventos que tenham impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados de um ativo financeiro ocorra, o ativo financeiro é migrado para o **Estágio 3**, e uma provisão para perdas de crédito igual a perdas esperadas para a vida útil é realizada. A BNDESPAR utilizará os seguintes critérios de migração para esse estágio:

- a) Operação declarada pela BNDESPAR como ativo com problema de recuperação de crédito; ou
- b) Operação vencida há mais de 90 dias.

A BNDESPAR utiliza, mas não se limita aos seguintes critérios para a declaração de ativo com problema de recuperação de crédito:

- Pagamento das prestações do devedor passe a depender, no todo ou em parte, do recebimento de recursos oriundos do acionamento pela BNDESPAR ou de pagamento efetuado por terceiro interessado não integrante do grupo econômico do devedor;
- Deterioração significativa da qualidade do crédito;
- A operação relativa à exposição seja reestruturada;
- Declaração de falência do devedor.

A BNDESPAR declara que a definição de inadimplência utilizada para migração entre os estágios é consistente com os modelos internos de gerenciamento de risco de crédito.

Conforme exposto, as exposições são classificadas em estágios conforme seu nível de risco:

Estágio 1: Estágio inicial das exposições;

Estágio 2: Exposições com atrasos acima de 30 e até 90 dias ou que tiveram deterioração significativa do seu nível de risco; e

Estágio 3: Exposições com atraso acima de 90 dias ou classificadas como ativos problemáticos.

Retorno entre os estágios

Para que uma operação migre do Estágio 2 para o Estágio 1, basta que seu *rating* seja revisado para um nível acima (melhor) ao determinado como limite para migração ao Estágio 2; ou, caso utilizado o critério de 30 dias, se o atraso tiver sido regularizado.

Entretanto, para que haja migração do Estágio 3 para os demais estágios, basta que a operação deixe de ser considerada como ativo com problemas de recuperação de crédito, cuja condição poderá ser alterada diante de evidência de retomada, pelo tomador, da capacidade de honrar novamente suas obrigações contratuais, devendo cumprir uma das seguintes condições:

- a) O inadimplemento financeiro tenha sido regularizado por meio da liquidação integral das prestações vencidas e não pagas;
- b) Realização de amortização significativa;
- c) Alteração do cliente ou do seu controlador; ou
- d) Alteração significativa no valor ou na qualidade da garantia.

A receita de juros é calculada sobre o valor contábil bruto dos ativos financeiros nos Estágios 1 e 2 e sobre o valor contábil líquido dos ativos financeiros no Estágio 3.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2024
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Mensuração de Perdas de Crédito Esperadas

A PEC de uma exposição é calculada pelo produto de sua EAD, PD e LGD, sendo:

- PEC: Perda Esperada de Crédito;
- EAD: *Exposure at Default* (exposição). É o valor da contraparte ao qual estamos expostos na data de cálculo da PEC, baseada na soma do saldo contábil com a projeção dos compromissos de desembolso futuros ajustados por um Fator de Conversão de Crédito (CCF);
- PD: *Probability of Default* (Probabilidade de inadimplência). É a probabilidade estimada da contraparte entrar em default no horizonte observado, com base na classificação interna de risco de crédito do instrumento financeiro. Utiliza-se um período de 12 meses para as exposições em estágio 1 e de toda a vida útil da exposição para as exposições classificadas em estágio 2. As exposições classificadas no estágio 3 recebem uma PD de 100%. A BNDESPAR, para ajustar suas estimativas de PD, se baseia na estimação de matrizes de migração ajustadas ao ciclo macroeconômico (*point-in-time* – PIT); e
- LGD: *Loss Given Default* (Perda dado o Descumprimento). É o valor que se espera perder de uma exposição caso ela entre em default, dos Estágios 1 e 2 (e estimativas individualizadas para exposições relevantes no Estágio 3).

19.6. Participações Societárias

A carteira de participações societárias é composta, em sua maior parte, por ativos classificados como instrumentos financeiros, representados por ações de emissão de empresas sobre as quais a BNDESPAR não exerce influência significativa, sendo avaliadas por seus valores justos. Sua composição também inclui investimentos em empresas coligadas, sobre as quais a BNDESPAR exerce influência significativa.

Influência significativa é definida como o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem controlar de forma individual ou conjunta essas políticas.

Os ativos da carteira de participações societárias da BNDESPAR são oriundos, predominantemente, de operações de apoio financeiro do Sistema BNDES, cujo foco em geral corresponde à perspectiva de longo prazo.

Como já mencionado na Nota Explicativa n.º 19.4.1.2, a BNDESPAR efetuou uma escolha irrevogável no reconhecimento inicial, para investimentos em instrumentos de patrimônio sem influência significativa, de apresentar alterações subsequentes no valor justo em outros resultados abrangentes.

Ao determinar e divulgar o valor dos investimentos em participações societárias designadas como “mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes”, a BNDESPAR leva em consideração o nível de hierarquia conforme descrito na Nota Explicativa n.º 3.2.

Investimentos – Participações em Coligadas

Coligadas são todas as investidas sobre as quais a BNDESPAR exerce “influência significativa”. A influência significativa é presumida quando se possui 20% ou mais do capital votante da investida.

A Administração entende que em alguns casos cujas participações acionárias detidas pela BNDESPAR representam mais de 20% do capital votante, tal presunção de influência significativa não se verifica em termos concretos, em função, principalmente, da não participação na elaboração das políticas operacionais e financeiras da investida. Por outro lado, a Administração julga exercer influência significativa em determinadas entidades nas quais detém menos de 20% do capital votante por influenciar as políticas operacionais e financeiras de tais entidades.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2024
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, o qual determina o reconhecimento inicial do investimento pelo seu valor de aquisição e o posterior aumento ou redução do valor contábil pelo reconhecimento da participação nas variações patrimoniais das investidas geradas após a aquisição. A participação da BNDESPAR nos lucros ou prejuízos de suas coligadas é reconhecida no resultado e sua participação nos outros resultados abrangentes é reconhecida de forma reflexa diretamente no patrimônio líquido.

Os ganhos e perdas por diluição ou por aumento no percentual de participação (não resultantes de aportes de capital efetuados pela BNDESPAR) são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido como resultado abrangente.

O ágio por expectativa de rentabilidade futura, quando apurado na aquisição de coligada pela diferença entre o valor pago (ou compromissos a pagar) e sua participação sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, é parte integrante do investimento. O ganho na compra vantajosa apurado na aquisição de coligada é reconhecido no resultado do período em que ocorre.

A Administração não tem conhecimento de restrições significativas que poderiam limitar a capacidade das coligadas em transferir fundos para a BNDESPAR na forma de dividendos ou efetuar pagamentos de créditos e/ou adiantamentos.

Os fluxos de caixa referentes aos dividendos e juros sobre o capital próprio de coligadas recebidos são apresentados separadamente como decorrentes de atividades de investimento.

Para a aplicação do método de equivalência patrimonial a BNDESPAR utiliza as informações das coligadas com defasagem máxima de 60 (sessenta) dias, conforme permitido pela legislação societária e pronunciamentos contábeis, em razão da impraticabilidade do uso de informações de mesma data-base. Tal fato decorre das coligadas serem independentes da BNDESPAR, possuindo contabilidade não integrada e, conseqüentemente, cronogramas diversos de elaboração dos demonstrativos contábeis, o que impossibilita o fornecimento de informações tempestivas. Excepcionalmente uma defasagem maior ou menor pode ser utilizada.

Análise do valor recuperável de investimentos em coligadas

Após a aplicação do método de equivalência patrimonial, a BNDESPAR avalia a necessidade de reconhecimento de perda adicional por redução ao valor recuperável do investimento líquido de cada coligada, incluindo eventual parcela de ágio, pela comparação de seu valor contábil com seu valor recuperável (valor de venda líquido dos custos para vender ou valor em uso, dos dois o maior). O teste é realizado semestralmente ou a qualquer momento, quando houver indicação de perda de valor do investimento.

Para o cálculo do valor recuperável, o montante do valor líquido de venda é determinado: i) pelo preço de cotação da B3, deduzido de eventuais custos de venda, para os investimentos em companhias com ações listadas em bolsa ou ii) por modelos de precificação baseados em múltiplos ou em fluxo de caixa descontado, para investimentos em empresas cujas ações não são listadas em bolsa. O montante do valor em uso é determinado com base no cálculo do valor presente dos proventos esperados (dividendos e juros sobre o capital próprio), acrescido do valor residual esperado de venda futura da coligada apurado com base em modelos de precificação.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2024
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

19.7. Ativos Mantidos para Venda

A BNDESPAR classifica como “Ativo Não Circulante Mantido para Venda” o ativo não circulante cujo valor será recuperado, principalmente, por meio da transação de venda em vez do uso contínuo. A classificação nessa categoria é realizada apenas nos casos em que o ativo cumpre os seguintes requisitos, conforme contido no CPC 31 - Ativo não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada:

- (i) está pronto para venda em suas condições atuais; e
- (ii) a venda é altamente provável e deve ocorrer em até um ano.

Em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023 não havia ativos classificados nessa categoria.

19.8. Patrimônio Líquido

19.8.1. Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social.

19.8.2. Reserva estatutária – para compatibilização de práticas contábeis

Representa uma reserva estatutária, com a finalidade de contemplar lucros ou ajustes de exercícios anteriores originados pela aplicação de padrões contábeis divergentes daqueles utilizados pelo Acionista Único – BNDES. O valor máximo do saldo dessa reserva se enquadra dentro do limite geral de reservas de lucros em relação ao capital social, conforme previsto no artigo 199 da Lei n.º 6.404/1976.

19.8.3. Reserva para futuro aumento de capital

Reserva constituída do saldo remanescente após as constituições da reserva Legal, dividendo mínimo e reserva para compatibilização de práticas contábeis, com a finalidade de assegurar o fortalecimento do patrimônio da instituição compatível com o grau de risco de seus ativos. De acordo com o estatuto social, o saldo máximo dessa reserva é 20% (vinte por cento) do capital social.

19.8.4. Ajustes de avaliação patrimonial

São contabilizadas as contrapartidas de aumentos ou diminuições em decorrência de avaliação a valor justo de elementos de ativos financeiros, passivos atuariais e reflexo de variações no patrimônio de coligadas, líquidos de efeitos tributários.

19.8.5. Pagamento de dividendos

A distribuição de dividendos para o acionista único é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final de cada exercício, com base no valor mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social da BNDESPAR, que corresponde a 25% do lucro líquido ajustado. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pela Assembleia Geral.

19.9. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa incluem disponibilidades, operações compromissadas de curto prazo e quaisquer outras aplicações de curto prazo que possuam alta liquidez, que sejam prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estejam sujeitas a um insignificante risco significativo de mudança de valor.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2024
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Nestas demonstrações, somente as aplicações em operações compromissadas são consideradas como “caixa e equivalentes de caixa”, cujos vencimentos se darão em três meses ou menos a contar da data da aquisição.

19.10. Imposto de renda (IR) e contribuição social (CSLL)

19.10.1 Tributos correntes sobre o lucro

Os tributos correntes sobre o lucro (IRPJ e CSLL) representam o montante a pagar ou a recuperar.

19.10.2 Tributos diferidos sobre o lucro

Os tributos diferidos sobre o lucro são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, na data do balanço, entre a base fiscal de ativos e passivos e seus valores contábeis para fins de divulgação financeira, e sobre prejuízos fiscais e base negativa de CSLL. As principais diferenças temporárias da companhia referem-se a provisões não dedutíveis e ao ajuste a valor justo de instrumentos financeiros.

Os ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias dedutíveis são registrados desde que possuam expectativa de realização em até 10 anos e limitado ao montante dos lucros tributáveis futuros contra as quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas, em consonância à Resolução CVM nº 109, de 20/05/2022.

Esses critérios estão fundamentados em estudo técnico, elaborado semestralmente, o qual se baseia em premissas quanto à expectativa de geração de lucros futuros no período de 10 anos, considerando estimativas e avaliações quanto a tendências futuras, de acordo com os procedimentos preconizados pelo Banco Central do Brasil – BACEN e pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, conforme a Resolução CMN n.º 4.842/2020, de 30/07/2020, seguindo as regras adotadas pelo seu controlador, BNDES, para fins de consolidação de demonstrações financeiras.

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

19.11. Provisões, ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes surgem de eventos não planejados ou não esperados que dão origem à possibilidade de ingresso de benefícios econômicos e que não são reconhecidos nas demonstrações contábeis do Sistema BNDES.

Entretanto, são divulgados em notas explicativas quando for provável o ingresso de benefícios econômicos, ou seja, na hipótese de a chance de ingresso ser maior do que a de não ingressar.

Adicionalmente, quando o ingresso de benefícios econômicos é praticamente certo, ou seja, na hipótese em que exista decisão judicial favorável definitiva que importe na probabilidade muito alta de ingresso para as empresas do Sistema BNDES e que não existam elementos que possam reverter a decisão, o ativo deve ser reconhecido como um direito a receber.

Com relação aos passivos contingentes, é considerado o risco de perda financeira, correspondente à probabilidade de saída de recursos das empresas do Sistema BNDES, classificado como:

I - provável, na hipótese de a chance de perder ser maior do que a de ganhar; ou

II - possível, na hipótese de a chance de perder ser igual a de ganhar; ou

III - remoto, na hipótese de a chance de ganhar ser maior do que a de perder.

O risco relacionado à probabilidade de ingresso de benefícios econômicos ou de saída de recursos para as empresas do Sistema BNDES no âmbito dos processos judiciais e administrativos, e o seu respectivo valor, são apurados com base em metodologia adotada pelo Jurídico.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2024
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

A seguir está apresentado um quadro que resume o procedimento adotado pelo Sistema BNDES com base na metodologia adotada pelo Jurídico e seu alinhamento com as normas aplicáveis:

Possibilidade de ingresso de benefícios econômicos	Reflexo contábil
Praticamente certo	Registro do direito a receber
Provável	Divulgação do ativo contingente nas notas explicativas

Risco de saída de recursos	Reflexo contábil
Provável	Provisão integral do valor de risco financeiro como passivo contingente
Possível	Divulgação do passivo contingente nas notas explicativas
Remoto	Sem reflexo contábil

Adicionalmente, o BNDES tem como prática contábil, efetuar a provisão integral sobre créditos ativos que possuem processos Contenciosos Judiciais e Administrativos nos quais a chance de perder é igual ou maior que a de ganhar.

19.12. Obrigações de benefícios a empregados

19.12.1. Plano Básico de Benefícios – PBB

A BNDESPAR oferece aos seus empregados um benefício de aposentadoria complementar. O Plano Básico de Benefícios (PBB), estruturado na modalidade de Benefício Definido (BD) é financiado, de forma paritária com seus participantes, por pagamentos determinados por cálculos atuariais periódicos. Em dezembro de 2018, o PBB foi fechado para novas adesões.

O PBB é administrado pela Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – FAPES, e patrocinado pelas empresas do Sistema BNDES (BNDES, BNDESPAR, FINAME) e a própria FAPES. Até a alteração regulamentar aprovada pela PREVIC em dezembro de 2018, o PBB concedeu complementação dos benefícios previdenciários pagos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). A partir desta alteração, com a desvinculação do INSS, o PBB passou a conceder complementação de um “INSS teórico” atrelado à Unidade de Referência (UR), fixada em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) na data de 30/09/2017 (a ser reajustada anualmente), representando R\$ 6.968,71 em 31/03/2024.

Dentre os riscos relevantes associados ao PBB, tem-se a incerteza quanto à manutenção do nível do benefício básico da previdência social, cujo teto em 31/03/2024 era de R\$ 7.786,02 (sete mil, setecentos e oitenta e seis reais e dois centavos) por mês. Eventuais reduções no valor do benefício básico podem elevar os compromissos do plano (com relação aos benefícios concedidos antes de 18/12/2018).

A possibilidade de concessão de ganhos reais por ocasião do reajuste do salário-real-de-benefício dos assistidos, sem a contrapartida no custeio do PBB, não mais afeta o plano. A partir da alteração do Regulamento do PBB (publicada em 20/01/2023), este risco foi tratado e mitigado com o reajuste do benefício dos assistidos desvinculado do reajuste concedido pelo patrocinador a seus empregados e atrelado ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Além disso, têm-se os riscos atuariais inerentes ao modelo em que está estruturado o PBB, compreendendo possíveis descolamentos das hipóteses econômicas, financeiras, biométricas e demográficas no longo prazo.

Para mitigar os riscos atuariais do modelo, é realizado acompanhamento regular da adequação das hipóteses adotadas na mensuração dos compromissos, mediante realização de testes regulares de aderência das hipóteses.

Não foram identificados riscos incomuns específicos do Plano ou quaisquer centralizações de risco significativas que possam expor os Patrocinadores a um risco concentrado.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2024
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Características do PBB

O Plano Básico de Benefícios – PBB prevê a concessão dos seguintes benefícios:

- a) complementação de aposentadoria;
- b) complementação de pensão;
- c) complementação de auxílio-reclusão;
- d) complementação de abono anual (13º salário);
- e) complementação de auxílio-doença; e
- f) pecúlio por morte.

Estrutura Regulatória

O PBB é regido pelo seu Regulamento Básico, cuja última atualização foi aprovada pela Portaria PREVIC n.º 054, de 18/01/2023, e publicada no DOU em 20/01/2023, por Resoluções dos Órgãos Estatutários da FAPES e pelas normas emitidas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e por outras emanadas do poder público, em especial às disposições da:

- **Emenda Constitucional n.º 20/1998**, que estabeleceu a regra de transição para a paridade contributiva entre participantes e patrocinador em planos patrocinados por entidades públicas, inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista;
- **Lei Complementar n.º 108/2001**, que estabelece, entre outros requisitos, que as contribuições normais destinadas pelas empresas públicas (autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas) aos planos de benefícios previdenciais por elas patrocinados não podem exceder às contribuições normais dos participantes;
- **Lei Complementar n.º 109/2001**, que dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar no Brasil;
- **Resolução CNPC n.º 30/2018**, que substitui as Resoluções CGPC n.º 18/2006 e n.º 26/2008, com efeito a partir de 01/01/2019, e dispõe sobre as condições e os procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit dos planos de benefícios de caráter previdenciário que administram, e dá outras providências. Tanto a destinação e utilização do superávit, quanto o equacionamento de déficit técnico de planos sujeitos à LC 108/2001, dar-se-ão de forma paritária entre participantes e patrocinador; e
- **Resoluções CGPAR n.º 37/2022 e n.º 38/2022**, que revogaram as Resoluções n.º 25/2018 e n.º 9/2016, respectivamente, e afetam particularmente as estatais federais patrocinadoras de planos de previdência complementar no que tange às diretrizes quanto ao patrocínio do benefício de previdência complementar e às atividades de supervisão e fiscalização sistemáticas sobre a gestão do benefício.

Avaliação atuarial e contabilização

O compromisso atuarial foi avaliado por atuário independente, pelo Método de Crédito Unitário Projetado (PUC). Para a atualização dos valores para as datas específicas foram usados juros atuariais equivalentes à taxa indicativa da Estrutura a Termo da Taxa de Juros dos títulos públicos indexados ao IPCA (ETTJ IPCA) do dia 20/03/2024, divulgada pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima), correspondente ao vértice de 3.906 dias úteis (15,5 anos), no patamar de 5,82% ao ano. O mesmo vértice encerrou na data-base dessas demonstrações financeiras em 28/03/2024 a 5,86% ao ano, representando aumento de 0,04 pontos percentuais em relação à taxa de desconto utilizada.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2024
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

A Resolução CNPC n.º 43 de 06/08/2021, que substitui as Resoluções CNPC n.º 29/2018 e n.º 37/2020, com efeito a partir de 01/09/2021, que dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, aprovou anexos que tratam da planificação contábil padrão, modelos e instruções de preenchimento das demonstrações financeiras. As principais categorias de ativos do plano foram apresentadas em conformidade com essa Resolução.

Os ativos atuariais, determinados pelos atuários independentes, não são reconhecidos como ativo do Patrocinador em função da impossibilidade de compensação de tais valores com contribuições futuras, conforme determinado no regulamento do plano de pensão.

A obrigação de Benefício Definido (BD) é calculada trimestralmente pelos atuários independentes, usando o PUC. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto dos benefícios futuros estimados, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão, aplicando-se o rateio de 50% equivalente ao custeio patronal paritário de futuras insuficiências de recursos no plano.

As dívidas contratadas entre o BNDES e o fundo de pensão são consideradas na determinação de um passivo adicional referente a contribuições futuras que não serão recuperáveis.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, bem como do efeito da mudança de estimativa pelo compartilhamento de risco, são reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes conforme ocorram. Os custos dos serviços correntes, o custo financeiro e o retorno esperado do ativo do plano são reconhecidos no resultado do período.

19.12.2. Plano de Assistência e Saúde – PAS

O Plano de Assistência e Saúde (PAS) é operado pela Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES - FAPES e possui como beneficiários, os empregados ativos admitidos até 18/03/2018 e assistidos do BNDES e de suas subsidiárias, assim como seus respectivos dependentes. O PAS é regido pelo Regulamento do Plano de Assistência e Saúde – RAS aprovado pela diretoria do BNDES e pelas normas emitidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

A BNDESPAR oferece benefício de assistência à saúde no pós-emprego, condicionado ao cumprimento dos requisitos do regulamento do plano. Os custos esperados deste benefício são acumulados durante o período laboral, dispondo da mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido.

Não foram identificados riscos incomuns específicos do plano ou quaisquer centralizações de risco significativas que possam expor o patrocinador a um risco concentrado.

Em 31 de março de 2024, a partir da avaliação atuarial trimestral efetuada por atuário externo, com base nos dados de fevereiro de 2024 e atualizada até 31 de março de 2024, foi contabilizado o valor da obrigação atuarial relativo ao benefício pós-emprego dos participantes assistidos, bem como dos participantes ativos pelo prazo médio de tempo laborativo futuro.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente da obrigação na data do balanço. Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes conforme a sua ocorrência. Os custos dos serviços correntes e o custo financeiro do plano são reconhecidos no resultado do período.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2024
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

O PAS é custeado pelas empresas do Sistema BNDES (BNDES, BNDESPAR e FINAME) em caráter supletivo ao sistema público de saúde e as despesas referentes à manutenção do PAS são cobertas pelo Fundo de Assistência Médico Social – FAMS, fundo rotativo dotado com recursos oriundos dos patrocinadores. O FAMS não está coberto por ativos garantidores e a antecipação do pagamento dos benefícios é efetuada pela BNDESPAR com base nos orçamentos apresentados pela Fundação, que presta contas dos custos incorridos mensalmente, através de Demonstrativo de Prestação de Contas, conforme Convênio de Adesão registrado na ANS.

19.12.3. Benefícios de rescisão

A BNDESPAR reconhece os benefícios de rescisão quando está, de forma demonstrável, comprometida com a rescisão dos atuais empregados, de acordo com um plano formal detalhado, o qual não pode ser suspenso ou cancelado, ou o fornecimento de benefícios de rescisão como resultado de uma oferta feita para incentivar a demissão voluntária.

19.13. Gestão de Riscos

Risco Operacional e Controle Interno

O Sistema BNDES adota o conceito definido na Resolução CMN nº 4.557/2017, pelo qual risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas. O risco operacional abarca o risco legal, o risco à continuidade de negócios e o risco à segurança da informação (incluindo o risco cibernético). Já o controle interno é o processo executado em todos os níveis da Instituição, desenvolvido para mitigar riscos.

Em linha com o arcabouço legal, o Sistema BNDES possui vários processos e instrumentos visando o adequado gerenciamento dos riscos operacionais, que contempla atividades de identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento de riscos, com seus respectivos controles.

As atividades se baseiam nas Políticas Corporativas de Gestão de Risco Operacional e Controle Interno, de Gestão de Continuidade de Negócios e de Segurança da Informação, aprovadas pelo Conselho de Administração, que estabelecem o conjunto de princípios, papéis e responsabilidades relativos a esses temas no Sistema BNDES. Outro instrumento relevante é a Declaração de Apetite a Risco do Sistema BNDES, que orienta o tratamento dos riscos por meio de seus limites quantitativos e qualitativos.

O processo de gestão de riscos é executado em toda a Instituição, permitindo refletir tempestivamente as alterações nos ambientes interno e externo, por meio de metodologias que se complementam, tais como a realização de ciclos bienais em todas as áreas para ampla atualização do inventário de riscos, a avaliação de novos produtos e serviços e a avaliação de riscos transversais e corporativos.

A base de dados de perdas operacionais do Sistema BNDES contempla as perdas ocorridas, na qual os eventos de risco operacional são registrados conforme preconizado pela Resolução CMN n.º 4.557/2017 e pela Circular BACEN nº 3.979/2020. As perdas com valor acima do apetite a risco do Sistema BNDES são objeto de análise específica realizada pela unidade de gestão de risco operacional em conjunto com as unidades responsáveis, visando avaliar os riscos operacionais associados, suas causas e definir ações de mitigação.

No tocante às ações para a mitigação dos riscos à segurança da informação, previstas no Plano Estratégico de Segurança da Informação do Sistema BNDES, merecem destaque o levantamento recorrente e semiautomatizado de vulnerabilidades em ativos de tecnologia da informação, o monitoramento de eventos de segurança cibernética e o tratamento de incidentes de segurança da informação.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2024

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

A gestão da continuidade de negócios busca aprimorar continuamente a resiliência da Instituição, preparando-a contra eventos que possam interromper a execução de seus processos críticos e apoiando a resposta tempestiva em caso de uma crise no escopo da continuidade de negócios. Para isso, o Sistema BNDES possui um Plano de Gerenciamento de Incidentes que estabelece a estrutura de governança sobre a matéria, permitindo que o Banco se organize rapidamente para continuidade de suas atividades.

Por fim, o fortalecimento da cultura de riscos operacionais e de controle interno envolve a periódica realização de ações de capacitação e disseminação de conceitos e práticas, voltadas tanto para o corpo funcional quanto para a Alta Administração, entre as quais se destacam a disponibilização de treinamentos obrigatórios elaborados especificamente para cada público; a disponibilização de guias, manuais e tutoriais sobre procedimentos de gestão de risco operacional, buscando maior autonomia e efetividade na atuação das diversas unidades; a realização de ações de comunicação, como *banner* / *blog* na Intranet e matérias em periódicos internos; e a divulgação da revisão periódica das políticas corporativas sobre o tema.

Exposição ao Risco Operacional

O valor da parcela do capital mínimo exigido referente ao risco operacional (RWA_{OPAD}) é calculado pela Abordagem do Indicador Básico, conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.640/2013, com base nas informações do Conglomerado Prudencial do Sistema BNDES.

Risco de Mercado

O risco de mercado é o risco de ocorrência de perdas financeiras resultantes da alteração nos valores de mercado de posições ativas e passivas detidas pela Instituição, dentre as quais se incluem os riscos das operações sujeitas à variação da cotação de moeda estrangeira, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

A estrutura de gerenciamento de risco de mercado e a Política Corporativa de Gestão de Riscos de Mercado do Sistema BNDES e de suas subsidiárias define o conjunto de metodologias, procedimentos, limites, instrumentos e responsabilidades aplicáveis no controle permanente dos processos da Instituição, a fim de buscar o adequado gerenciamento dos riscos.

Risco de câmbio

A BNDESPAR está exposta aos efeitos de flutuação nas taxas de câmbio decorrentes de operações em moedas estrangeiras. O risco de câmbio é monitorado diariamente através da apuração da exposição cambial do Sistema BNDES. As estratégias de *hedge* são feitas para o Conglomerado Prudencial, através da atuação nos mercados de derivativos cambiais.

Risco de taxas de juros

É o risco de o valor justo de instrumentos financeiros oscilarem devido a mudanças nas taxas de juro de mercado. O risco de juros é controlado para o Sistema BNDES. Adicionalmente, o risco de descasamento entre indexadores e taxas é monitorado mensalmente e está sujeito a limites aprovados pela Diretoria. Os limites são estabelecidos para cada uma das empresas do Sistema BNDES e para o Conglomerado Prudencial.

Risco de preços

É o risco de o valor justo de instrumentos financeiros oscilarem como resultado de alterações nos preços de mercado, quer sejam essa alteração por fatores específicos do instrumento financeiro, ou fatores que afetam todos os instrumentos financeiros semelhantes negociados no mercado.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2024
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Instrumentos financeiros

A unidade responsável pela gestão de risco de mercado do Sistema BNDES acompanha diariamente informações relativas à carteira de instrumentos financeiros da BNDESPAR. Essa carteira é formada por: participações societárias em companhias abertas listadas na B3, empresas fechadas, cotas de fundos de investimentos em participações, debêntures com ou sem opcionalidades, captações e outros títulos que apresentem algum dos riscos de mercado listados anteriormente.

Métricas de risco e governança

Para a aplicação das métricas e análises de risco definidas pelo regulador, a carteira de instrumentos financeiros da BNDESPAR é segregada em carteira de negociação e de não negociação, de acordo com algumas premissas.

A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com a intenção de negociação ativa e frequente ou destinadas a hedge de outros elementos da carteira de negociação e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à (i) revenda; (ii) obtenção de benefício dos movimentos de preços, efetivos ou esperados; ou (iii) realização de arbitragem. A carteira de negociação da BNDESPAR, atualmente, não possui instrumentos financeiros.

Gerencialmente, o Sistema BNDES apura os riscos de juros, câmbio e preços utilizando as métricas VaR (*Value at Risk*), Teste de Estresse, análise de sensibilidade e análise de descasamento por fator de risco. Somado a isso, são aplicadas as metodologias designadas pelo regulador em sua modelagem padronizada. Duas métricas são utilizadas para avaliar o risco de taxa de juros para a carteira de não negociação: *Economic Value Of Equity* (EVE) e *Net Interest Income* (NII). As medidas de risco são analisadas por meio de relatórios diários ou mensais, a depender de sua finalidade e alçada decisória.

Quanto à governança, o sistema BNDES dispõe de diferentes comitês para discutir sobre assuntos ligados a risco de mercado, formados por níveis hierárquicos distintos. Além disso, está em vigor estrutura de limites de risco de mercado e alertas que controlam os riscos das carteiras, permitindo o alinhamento com o perfil de risco estipulado nos comitês.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade de o Sistema BNDES não conseguir negociar ativos a preço de mercado, devido ao tamanho elevado de suas posições em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco associado à possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados; da desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador; da redução de ganhos ou remunerações; das vantagens concedidas nas renegociações; e dos custos de recuperação.

O objetivo primordial da gestão de risco de crédito é a mensuração adequada do risco de perdas financeiras na carteira. As empresas do Sistema BNDES utilizam a metodologia padronizada para o cálculo do Capital Regulamentar conforme normativos emitidos pelo Conselho Monetário Nacional. Os ativos da BNDESPAR, incluindo derivativos, provisionam capital regulamentar, respeitando as regras definidas Resolução BCB nº 229 de 12/05/2022, vigente desde 1º de julho de 2023.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2024
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

A unidade responsável pela gestão do risco de crédito do Sistema BNDES realiza estimativas para os diferentes componentes de risco dos ativos inseridos na parcela regulamentar de capital, além de modelagens de capital econômico por meio de metodologias analíticas e por simulação.

Para o cálculo do risco da carteira na abordagem de capital econômico consideram-se as estimativas de perda esperada de crédito (PEC), conforme determinado pelo IFRS (*International Financial Reporting Standards*). A PEC é, portando, apurada a partir da probabilidade de inadimplência do tomador (PD); da exposição no momento da inadimplência (EAD); das perdas decorrentes da inadimplência (LGD); e da maturidade ou prazo efetivo de vencimento dos contratos.

A metodologia de apuração da PD depende do estágio em que se encontra cada contrato, sendo três estágios considerados: 1) estágio inicial; 2) estágio das exposições com aumento significativo do nível de risco ou com atraso acima de 30 e até 90 dias; e 3) estágio das exposições marcadas como ativos problemáticos ou com atraso acima de 90 dias. Para o primeiro caso, considera-se a PD de 12 meses. Para o segundo caso, considera-se a metodologia de PD *lifetime* (isto é, até o vencimento do contrato). Para o terceiro, e último, caso, atribui-se PD de 100%. Já a apuração da LGD dependerá, basicamente, do tipo de exposição: direta ou indireta (transação realizada através de agente financeiro).

Os modelos de estimação da PD e LGD foram validados por unidade independente, além de serem reavaliados anualmente pelo Departamento de Risco de Crédito mediante testes estatísticos consagrados na literatura.

Exposição ao Risco de Crédito

As exposições a risco de crédito são calculadas conforme estabelecido pelas normas vigentes do Banco Central do Brasil. O valor da parcela RWA_{CPAD} é calculado mensalmente com base no Conglomerado Prudencial do Sistema BNDES.

19.14. Gestão de Capital

Os principais objetivos, das empresas do Sistema BNDES, relacionados ao gerenciamento de capital são os seguintes:

- Manter uma sólida base de capital que suporte de forma efetiva o desenvolvimento de seus negócios;
- Cumprir as exigências estabelecidas pelos órgãos reguladores dos mercados bancários onde opera; e
- Assegurar rentabilidade compatível com os riscos assumidos pelo BNDES e por suas empresas controladas.

A adequação da estrutura de capital e o monitoramento dos limites relacionados ao capital regulatório são realizados pelo BNDES por meio da implementação de processos, métodos e procedimentos originados das diretrizes definidas pelo Comitê de Basileia, na forma implementada pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Desse modo, a autoridade monetária exige que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN mantenham, permanentemente:

- Um Patrimônio de Referência (PR) compatível com o risco de suas atividades e apurado segundo a Resolução CMN nº 4.955/2021; e
- Requerimentos Mínimos de Capital em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), apurados em conformidade com os artigos 4º ao 6º e 8º da Resolução CMN nº 4.958/2021.

Dessa forma, com o objetivo de assegurar a compatibilidade entre o capital mantido pela instituição e o capital requerido para fazer frente aos riscos incorridos em suas atividades, todas as exposições a risco provenientes das operações da BNDESPAR estão inseridas nas parcelas componentes do capital regulamentar do BNDES conforme determinado pela legislação vigente. Por outro lado, os ativos da BNDESPAR são considerados, pelo Método de Equivalência Patrimonial, parte integrante do capital mantido pelo BNDES e reportado em suas demonstrações consolidadas.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2024
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Adicionalmente, cabe destacar que todos os limites regulamentares apurados pelo BNDES, notadamente aqueles relacionados às exposições aos diferentes riscos, incluem as operações realizadas pela BNDESPAR. De modo semelhante, os indicadores gerenciais monitorados mensalmente para o acompanhamento das exposições permitem tanto a avaliação por empresa do conglomerado econômico financeiro quanto às análises em bases consolidadas.

19.15. Informações por segmento

A BNDESPAR é uma subsidiária integral do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e tem sua atuação pautada nas diretrizes estratégicas formuladas em conjunto com seu controlador, direcionadas a apoiar o processo de capitalização e o desenvolvimento de empresas nacionais por meio de instrumentos de renda variável, notadamente, de participações societárias.

A estrutura administrativa do Sistema BNDES, que inclui o BNDES e suas subsidiárias integrais, é única e compartilhada, assim como sua estrutura de controles internos e de gestão de risco. As decisões estratégicas e de financiamento são temas geridos pelo Controlador, que utiliza a BNDESPAR como instrumento de execução de sua missão, a depender do produto e da forma de apoio financeiro. Da mesma forma, a gestão financeira, incluindo a captação de recursos, a alocação de *funding* entre os segmentos operacionais e o gerenciamento das disponibilidades, é feita de forma consolidada no Sistema BNDES, através da gestão integrada de ativos e passivos financeiros (*Asset Liability Management* - "ALM").

Neste contexto, o desempenho dos segmentos de negócio é acompanhado e avaliado sob a ótica do Sistema, conforme informações apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas do BNDES.

O Sistema BNDES define seus segmentos operacionais com base nos relatórios disponibilizados à Alta Administração para análise de desempenho e tomada de decisões estratégicas, considerando ainda a natureza das formas de apoio. Estas decisões competem, em última instância, à Diretoria que, atuando de forma colegiada, é responsável pela gestão dos segmentos de negócio.

Os segmentos de negócio do Sistema BNDES são classificados em: (i) "Financiamento"; (ii) "Participações Societárias"; e (iii) "Tesouraria / ALM".

As operações da BNDESPAR, majoritariamente representadas por participações societárias e cotas de fundos de participações, integram o segmento de "Participações Societárias" do Sistema BNDES. Uma parcela menor de seus ativos, representada por operações de aquisição/subscrição de debêntures e venda a prazo de títulos e valores mobiliários, compõe o segmento de "Financiamento". Portanto, considerando que a gestão por segmentos não se dá por subsidiária, mas sim de forma consolidada no Sistema BNDES, conforme possibilitado pelo CPC 22 a informação da BNDESPAR está contemplada nos segmentos de "Participações Societárias" e "Financiamento" constantes da nota explicativa "Informação por Segmento" divulgada nas demonstrações financeiras consolidadas do BNDES.

19.16. Rateio de despesas administrativas e de pessoal

Conforme estabelecido em convênio firmado entre o BNDES e suas subsidiárias integrais BNDESPAR e FINAME com o objetivo de racionalização de custos, a partir de 1º de janeiro de 2023 as despesas administrativas e de pessoal comuns ao Sistema BNDES, bem como o fornecimento de todos e quaisquer recursos materiais e/ou serviços necessários à execução das atividades, são rateadas entre as empresas de acordo com a contribuição de cada uma à média aritmética dos últimos 7 exercícios anteriores, atualizados pelo IPCA, do Resultado Bruto de Intermediação Financeira (antes da provisão para risco de crédito).

Até o exercício de 2022, no convênio firmado entre o BNDES e suas subsidiárias integrais BNDESPAR e FINAME, as despesas administrativas e de pessoal comuns ao Sistema BNDES, bem como o fornecimento de todos e quaisquer recursos materiais e/ou serviços necessários à execução das atividades, eram rateadas entre as empresas de acordo com a contribuição de cada uma ao Resultado Bruto de Intermediação Financeira (antes da provisão para risco de crédito) do exercício imediatamente anterior.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2024
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Não são consideradas para fins do rateio as despesas que possam ter seus beneficiários claramente identificados, como por exemplo as despesas tributárias.

No que concerne a BNDESPAR, o Resultado Bruto da Intermediação Financeira corresponde a diferença entre as Receitas Operacionais e as Despesas Operacionais, excluindo-se os efeitos da reversão (constituição) de provisão para perdas em investimentos e o resultado com alienações de títulos de renda variável.

Dessa forma, os percentuais atribuídos a cada empresa nos exercícios de 2023 e 2022 foram:

	2024		2023	
	Resultado bruto de intermediação financeira do exercício anterior	% de rateio	Resultado bruto de intermediação financeira do exercício anterior	% de rateio
BNDES	12.410.462	49%	14.909.873	53%
BNDESPAR	9.183.075	36%	10.521.276	37%
FINAME	3.696.544	15%	2.892.760	10%
Total do Sistema	25.290.081		28.323.909	

19.17. Atualização monetária líquida de ativos e passivos

Refere-se à atualização monetária de dividendos a receber, de tributos a recuperar e dividendos a pagar. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado do período.

19.18. Novos Pronunciamentos e Alterações de Pronunciamentos existentes

(a) Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis: Dívida de Longo Prazo com *Covenants*

A Revisão nº 23 do CPC determina que informações acerca de cláusulas contratuais restritivas em contratos de dívidas de longo prazo que podem resultar em pagamento antecipado, sejam divulgadas em notas explicativas. Essa norma entrou em vigor em 1º de janeiro de 2024.

CPC 06 – Arrendamentos: Passivo de Arrendamento em venda e operação de *Leaseback*

A Revisão nº 23 do CPC contempla alterações que adicionam requisitos que explicam como uma empresa contabiliza uma venda e *leaseback* após a data de transação. Essa norma entrou em vigor em 1º de janeiro de 2024.

CPC 03 (Demonstração do Fluxo de Caixa) e CPC 40 (Instrumentos Financeiros) – Acordos de Financiamentos de Fornecedores

A Revisão nº 24 do CPC introduziu novos requisitos de divulgação para elevar o nível de transparência dos acordos de financiamentos de fornecedores e os seus efeitos nos passivos, fluxos de caixa e exposição a risco de liquidez. Essa norma entrou em vigor em 1º de janeiro de 2024.

CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado

Primeira revisão do pronunciamento nº 09 do CPC contemplando ajustes menores de redação e atualização de referências a outros pronunciamentos. Essa norma entrou em vigor em 1º de março de 2024.

As implementações citadas não apresentaram impactos financeiros significativos nessas Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas

Informações Trimestrais em 31 de março de 2024
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti –
Presidente

Adezio de Almeida Lima

Arthur Cesar Vasconcelos Koblitz

Carlos Afonso Nobre

Clarice Costa Calixto

Clemente Ganz Lúcio

Izabella Mônica Vieira Teixeira

Jean Keiji Uema

Maria Laura Da Rocha

Robinson Sakiyama Barreirinhas

Uallace Moreira Lima

CONSELHO FISCAL

Pedro Henrique Giocondo Guerra - Presidente

Flávio José Roman

Suzana Teixeira Braga

Antônio Simões Branco Junior - Suplente

Denis do Prado Netto - Suplente

COMITÊ DE AUDITORIA

Adezio de Almeida Lima - Presidente

Marcos Tadeu de Siqueira

Maria Salete Garcia Pinheiro

Nelson Edgar Leite

DIRETORIA

Aloizio Mercadante Oliva – Presidente

Alexandre Correa Abreu

Helena Tenório Veiga de Almeida

José Luis Pinho Leite Gordon

Luciana Aparecida da Costa

Luiz Augusto Fraga Navarro de Britto Filho

Natália Maria Rapassi Dias Melo

Nelson Henrique Barbosa Filho

Tereza Helena Gabrielli Barreto Campello

Walter Baere de Araújo Filho

SUPERINTENDENTE DA ÁREA DE CONTROLADORIA:

Marco Aurelio Santos Cardoso

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE:

Marcos Paulo Pereira da Silva

CRC RJ 097.092/O-9

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de demonstrações financeiras intermediárias

Aos Conselheiros e Diretores da
BNDES Participações S/A - BNDESPAR
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da BNDES Participações S/A – BNDESPAR (“Companhia”), referente ao trimestre findo em 31 de março de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - *Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade* e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outro assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 9 de maio de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Faria Pereira
Contador CRC RJ-077911/O-2

Notas Explicativas



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO,
INDÚSTRIA, COMÉRCIO
E SERVIÇOS



Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

CARTEIRA DE AÇÕES - POSIÇÃO: 31/03/2024

Empresas	% Total	% ON	% PN
AES BRASIL ENERGIA S.A.	6,98	6,98	0,00
AES ELPA S.A.	(*)	(*)	0,00
AMATA NA CIDADE S.A.	18,54	18,54	0,00
AMATA S.A.	9,49	9,49	0,00
BIOMM S.A.	5,52	5,52	0,00
BLOCKBIT TECNOLOGIA S.A.	23,27	23,27	0,00
BOMBRIEL S.A.	2,20	0,00	4,67
BRASILIANA PARTICIPAÇÕES S/A	53,85	50,00	100,00
BRASPÉROLA IND. E COMÉRCIO S/A	10,94	0,00	22,56
BRQ SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA S/A	22,43	22,43	0,00
CARBOMIL S.A.- MINERAÇÃO E INDÚSTRIA	30,00	0,00	100,00
CASA ANGLO BRASILEIRA S.A.	22,34	0,00	37,10
CBO HOLDING S.A	18,88	18,88	0,00
CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRÁS	3,93	3,55	6,67
CIA. BRAS. DE PART. AGROINDUSTRIAL	5,87	5,87	0,00
CIA. DE ABAST.D'AGUA E SANEAMENTO DO ESTADO-AL	(*)	0,00	1,27
CIA. DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS	6,27	0,00	11,49
CIA. DE TRÂNSITO E TRANSPORTE URBANO DO RECIFE - CTTU	11,90	4,73	38,85
CIA. DE TRANSPORTES COLETIVOS DO RIO DE JANEIRO - CTC	1,39	1,39	0,00
CIA. DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO	0,02	0,02	0,00
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA MG	3,46	3,46	0,00
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG	34,56	34,56	0,00
COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG	3,73	11,14	0,00
COMPANHIA LORENZ	5,84	0,00	9,41
COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL	21,99	10,09	31,18
COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL	0,66	0,66	0,00
CTC CENTRO DE TECNOLOGIA CANAVIEIRA S/A	18,99	18,99	0,00
ELEBRA S.A. - ELETRÔNICA BRASILEIRA	(*)	0,00	(*)
EMBRAER S.A.	5,37	5,37	0,00
ENAUTA PARTICIPACOES S.A.	4,18	4,18	0,00
ENERGISA S.A.	9,75	5,03	12,73
ESTRUTURADORA BRASILEIRA DE PROJETOS S.A.	19,61	11,11	44,44
GRANBIO INVESTIMENTOS S/A	13,96	13,96	0,00
HIDROVIAS DO BRASIL S/A	1,72	1,72	0,00
IGUA SANEAMENTO SA	13,17	13,17	0,00
INDEPENDÊNCIA PARTICIPAÇÕES S.A.	21,81	0,00	100,00
INDÚSTRIA DE ALIMENTOS NILZA S.A.	35,00	0,00	100,00
IOCHPE - MAXION S.A.	1,99	1,99	0,00
JBS S.A.	20,81	20,81	0,00
KOSMOS COMÉRCIO DE VESTUÁRIO S.A. (EX-ARAPUÁ)	6,56	0,00	13,66
LBR - LÁCTEOS BRASIL S.A.	30,28	30,28	0,00
LIFEMED INDL DE EQUIP E ART MÉDICOS E HOSPITALARES S.A.	21,44	21,44	0,00
MADEF S/A- INDÚSTRIA E COMÉRCIO	30,26	0,00	39,45
MESBLA S.A.	(**)	(**)	(**)
METANOR S.A. METANOL DO NORDESTE	5,57	0,00	8,36
MOTORADIO S.A. COMERCIAL E INDUSTRIAL	(**)	(**)	(**)
NESBER S.A.	20,00	20,00	0,00
NETUNO ALIMENTOS S.A.	33,28	0,00	100,00
NOVA AMÉRICA S.A.	6,50	10,41	1,34
ODEBRECHT TRANSPORT S.A	10,61	10,61	0,00
OI S.A.	0,58	0,59	0,00
PADTEC HOLDING S/A	22,83	22,83	0,00
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRAS	6,90	0,00	16,07
PIRÂMIDES BRASÍLIA S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO	(**)	(**)	(**)
PROGEN - PROJETOS GERENCIAMENTO E ENGENHARIA S.A.	10,01	0,00	100,00
QUALITY SOFTWARE S.A.	25,34	25,34	0,00
RECEPTA BIOPHARMA S.A.	14,43	14,43	0,00
RENOVA ENERGIA S.A.	0,84	0,56	1,12
ROCHA TERMINAIS PORTUÁRIOS E LOGÍSTICA S.A.	17,86	17,86	0,00
S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO CHAPECÓ	29,65	30,12	(*)
SAM INDÚSTRIAS S.A.	15,26	22,78	0,00
SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.	3,62	3,62	0,00

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

TAUM CHEMIE INDÚSTRIA E COM. DE PRODUTOS QUÍMICOS S.A.	36,36	0,00	100,00
TBM - TÊXTIL BEZERRA DE MENEZES S.A.	34,98	42,10	0,00
TPI TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.	5,09	5,09	0,00
TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.	6,13	0,74	11,66
TRANSPARANA S.A.	(**)	(**)	(**)
TREVISA INVESTIMENTOS S.A. (EX-TREVO INV. S.A.)	12,94	0,00	23,21
TUPY S.A.	28,19	28,19	0,00
UNITEC SEMICONDUTORES S.A.	33,02	40,67	0,00
USINA SANTA OLÍMPIA - IND. DE FERRO	(**)	(**)	(**)
VLI S/A	8,00	8,00	0,00

(*) Percentual inferior a 0,01%

(**) Composição do Capital Social (ações emitidas) não disponível

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**CARTEIRA DE DEBÊNTURES - POSIÇÃO: 31/03/2024**

Empresas	Quantidade debêntures
COMPANHIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO PAULO - SABESP	30
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA	5.944
COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA - SANEPAR	28.547
NOVA ASA BRANCA I ENERGIAS RENOVÁVEIS	947
NOVA ASA BRANCA II ENERGIAS RENOVÁVEIS	947
NOVA ASA BRANCA III ENERGIAS RENOVÁVEIS	947
NOVA EUROS ENERGIAS RENOVÁVEIS	947
VALE S/A	140.239
VENTOS DE SÃO URIEL	947

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de demonstrações financeiras intermediárias

Aos Conselheiros e Diretores da
BNDES Participações S/A - BNDESPAR
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da BNDES Participações S/A – BNDESPAR (“Companhia”), referente ao trimestre findo em 31 de março de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outro assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 9 de maio de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Faria Pereira
Contador CRC RJ-077911/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente e sobre as Informações Financeiras Trimestrais - ITR

Interessada: BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR
C.N.P.J.: 00.383.281/0001-09
NIRE: 533.0000.2371
Avenida República do Chile, 100
20031-917 - Rio de Janeiro - RJ

Assunto: Informações Financeiras Trimestrais - ITR referentes ao período findo em 31/03/2024 e Relatório do Auditor Independente.

Referência: ARTIGO 31, Parágrafo §1º, inciso II, da Resolução CVM Nº 80, de 29/03/2022; INFORMAÇÃO PADRONIZADA ACO/DEPCO Nº 07/2024 de 02/05/2024 e Relatório do Auditor Independente sobre as DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS emitido por KPMG AUDITORES INDEPENDENTES.

A Diretoria, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 43, inciso XIV do Estatuto da BNDESPAR, declara que:

(i) reviu, discutiu e concordou com as opiniões expressas no Relatório do Auditor Independente emitido pela KPMG AUDITORES INDEPENDENTES referentes às Informações Financeiras Trimestrais - ITR do período findo em 31 de março de 2024; e

(ii) reviu, discutiu e concordou com as Informações Financeiras Trimestrais - ITR da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, referentes ao período findo em 31 de março de 2024.

Rio de Janeiro, 09 de maio de 2024.

Aloizio Mercadante Oliva – Presidente
Alexandre Correa Abreu
Helena Tenório Veiga de Almeida
José Luis Pinho Leite Gordon
Luciana Aparecida da Costa
Luiz Augusto Fraga Navarro de Britto Filho
Natália Maria Rapassi Dias Melo
Nelson Henrique Barbosa Filho
Tereza Helena Gabrielli Barreto Campello
Walter Baere de Araújo Filho

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente e sobre as Informações Financeiras Trimestrais - ITR

Interessada: BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR
C.N.P.J.: 00.383.281/0001-09
NIRE: 533.0000.2371
Avenida República do Chile, 100
20031-917 - Rio de Janeiro - RJ

Assunto: Informações Financeiras Trimestrais - ITR referentes ao período findo em 31/03/2024 e Relatório do Auditor Independente.

Referência: ARTIGO 31, Parágrafo §1º, inciso II, da Resolução CVM Nº 80, de 29/03/2022; INFORMAÇÃO PADRONIZADA ACO/DEPCO Nº 07/2024 de 02/05/2024 e Relatório do Auditor Independente sobre as DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS emitido por KPMG AUDITORES INDEPENDENTES.

A Diretoria, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 43, inciso XIV do Estatuto da BNDESPAR, declara que:

(i) reviu, discutiu e concordou com as opiniões expressas no Relatório do Auditor Independente emitido pela KPMG AUDITORES INDEPENDENTES referentes às Informações Financeiras Trimestrais - ITR do período findo em 31 de março de 2024; e

(ii) reviu, discutiu e concordou com as Informações Financeiras Trimestrais - ITR da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, referentes ao período findo em 31 de março de 2024.

Rio de Janeiro, 09 de maio de 2024.

Aloizio Mercadante Oliva – Presidente
Alexandre Correa Abreu
Helena Tenório Veiga de Almeida
José Luis Pinho Leite Gordon
Luciana Aparecida da Costa
Luiz Augusto Fraga Navarro de Britto Filho
Natália Maria Rapassi Dias Melo
Nelson Henrique Barbosa Filho
Tereza Helena Gabrielli Barreto Campello
Walter Baere de Araújo Filho